

**PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO**  
**CENTRO DE ENSINO CLICK SOLUÇÕES LTDA**



NOME FANTASIA: CENTRO EDUCACIONAL CLICK SOLUÇÕES  
RUA TENENTE COSTA, 123, CENTRO  
ITUPORANGA – SC

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	4
<b>2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA</b> .....	5
<b>3. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO</b> .....	7
3.1. RECURSOS FÍSICOS E DIDÁTICOS .....	7
3.2. SISTEMA PITÁGORAS .....	8
3.3. RECURSOS HUMANOS: QUADRO DE PESSOAL ADMINISTRATIVO E SERVIÇOS GERAIS .....	8
3.4. PESSOAL DOCENTE .....	9
3.5. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DOS SUJEITOS DO PROCESSO EDUCATIVO.....	9
<b>4. CONCEPÇÕES</b> .....	11
4.1. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO .....	11
4.2. CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO .....	12
4.3. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO .....	12
4.4. CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO .....	13
4.5. CONCEPÇÃO DE EXPECTATIVA DE APRENDIZAGEM .....	14
4.6. CONCEPÇÃO DE EXPECTATIVA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM .....	15
<b>5. PERFIL REAL DOS SUJEITOS, RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO</b> .....	17
5.1. REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES VIDA-CONHECIMENTO-CULTURA ENTRE PROFESSORES, ALUNOS E ESCOLA.....	17
5.2. OS PRINCIPAIS PASSOS METODOLÓGICOS.....	19
5.3. A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO PROFESSORES/ALUNOS/ESCOLA.....	20
5.4. A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA .....	22
5.4.1. Família, escola e valores.....	26
<b>6. BASES NORTEADORAS DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO</b> .....	27
6.1. FUNDAMENTOS DA METODOLOGIA.....	27
6.2. A CONCEPÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	28
6.2.1. Metodologia .....	30
6.3. PRESSUPOSTOS PEDAGÓGICOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL (09 ANOS).....	30
6.4. DEFINIÇÕES DE QUALIDADE DE APRENDIZAGENS .....	31
<b>7. FUNDAMENTOS DE UMA GESTÃO SINÉRGICA E PARTICIPATIVA</b> .....	33
<b>8. AVALIAÇÃO, CRITÉRIOS DE ACESSO, TERMINALIDADE DE ESTUDOS E TRANSFERÊNCIA DO ESTUDANTE</b> .....	36
8.1. AVALIAÇÃO .....	36

8.1.1. São objetivos da avaliação.....	37
8.1.2. Instrumentos de avaliação .....	38
8.1.3. Avaliação e os critérios de acesso e promoção.....	38
8.1.4. Frequência.....	39
8.1.5. Recuperação.....	39
8.1.6. Transferência .....	39
8.1.7. Retenção .....	39
8.1.8. Frequência e compensação de ausências .....	40
<b>9. PROGRAMAS DE ACOMPANHAMENTO DE ACESSO, DE PERMANÊNCIA E RETENÇÃO ESCOLAR .....</b>	<b>40</b>
<b>10. PROGRAMA DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>42</b>
<b>11. CONCEPÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO .....</b>	<b>43</b>
<b>12. PROPOSTA CURRICULAR/PRESSUPOSTOS PEDAGÓGICOS E METODOLOGIA .....</b>	<b>44</b>
12.1. PROPOSTA CURRICULAR - FISOLOGIA, OBJETIVOS E METODOLOGIA .....	44
12.1.1 Proposta Grade Curricular .....	47
12.1.2 Fundamentos para o ensino do 1º ao 5º ano:.....	49
12.1.3 Diretriz curricular para os anos iniciais do ensino fundamental: .....	49
12.1.4 Conceitos e conteúdos para os anos finais .....	51
12.1.5 Diversidade .....	51
12.1.6. Educação especial .....	52
12.1.7 Diversidade e temas transversais .....	52
12.1.8 Fundamentação Legal .....	53
12.2 ATIVIDADES EXTRACURRICULARES OU CONTRA TURNOS .....	53
12.2.1 Informática pedagógica e profissionalizante.....	54
12.2.2. Esportes e lazer .....	56
12.2.3. Cultura .....	57
12.2.4. Viagens de estudos.....	57
<b>13. SISTEMA AVA (AMBIENTE VIRTUAL DO ALUNO) CLICK SOLUÇÕES .....</b>	<b>57</b>
<b>14. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>58</b>
<b>15. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>58</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Com uma moderna e excelente estrutura física e um quadro de pessoal altamente qualificado na oferta de Cursos Superiores e especialização na modalidade EAD/PÓLO credenciado pela UNIASSELVI, e cursos profissionalizantes próprios apenas no período noturno.

Com esta excelente estrutura ociosa durante o dia, idealizamos a criação do Centro Educacional Click Soluções para atender inicialmente alunos do ensino fundamental séries iniciais e séries finais nos períodos matutino e vespertino, buscando atender a demanda da região.

O Projeto Político Pedagógico (PPP), do Centro Educacional Click Soluções surge como uma proposta de excelência na Educação Básica, iniciando a oferta inicialmente apenas para o Ensino Fundamental.

A organização escolar está fundamentada conforme normas Educacionais Vigentes, acompanhando as transformações políticas, sociais e tecnológicas do país, no sentido do aumento da qualidade do sistema de ensino.

O PPP do Centro Educacional Click Soluções está relacionado com as concepções de mudança, inovação, e defesa da qualidade educacional.

O PPP do Centro Educacional Click Soluções, além de ser uma exigência legal, expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, permite a revelação da identidade da Instituição, de suas concepções e de seus sonhos. Além disso, define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ambiental da Escola, bem como sua organização e gestão curricular para subsidiar o seu Regimento Escolar e sua Proposta Pedagógica, documentos que são os balizadores das ações educativas.

A importância do PPP do Centro Educacional Click Soluções leva em conta a trajetória da sua comunidade escolar, a sua história e cultura, não só para garantir um percurso formativo de sucesso para as crianças e os estudantes, como também para cumprir o seu compromisso com a sociedade.

A educação, em todos os tempos, e principalmente nos dias de hoje, resente-se de maior aprofundamento e clareza sobre o verdadeiro sentido da vida e da aprendizagem e sobre os objetivos a serem alcançados. Não se trata simplesmente de aprender mais algumas matérias, mas, antes, preparar-se para o pleno exercício de sua cidadania.

O desafio é sair da postura reprodutiva, oferecendo indicações que facilitem o aprender e o saber pensar e a transformar as oportunidades em sucesso pessoal e profissional.

Seguindo essa linha de pensamento, na caminhada em busca da construção do saber, o mundo sente a necessidade de incluir o pensar próprio desde os anos iniciais da vida escolar do educando.

A escola deve ser um espaço para construção do saber e integração do indivíduo na sociedade.

Baseados na conquista de oportunidades para o entendimento de valores como princípio de vida, norteamos nossa prática de Educação Humanística a partir da pedagogia crítica – social dos conteúdos educando para a cultura de solidariedade na perspectiva de um mundo mais humano.

Temos plena convicção da real importância e utilidade do PPP para podermos alcançar o futuro desejado. Conseguir vislumbrar este cenário é uma tarefa complexa, exigindo investimentos, tempo e compromisso com toda a comunidade.

Um desafio que se justifica no desejo de ofertar uma educação de qualidade em prol das nossas crianças e jovens, “*preparando-os para a vida pessoal e profissional com ética e qualidade*”.

*Temos como Objetivo Geral: Oportunizar ao aluno condições de se apropriar dos conhecimentos científicos, através das interações sociais, para que este possa agir, de forma consciente, na realidade em que vive.*

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA**

É conferida às escolas privadas a possibilidade de elaborarem PPP próprios, que lhes permitem funcionar em regime de autonomia pedagógica, considerando o que estabelece a Legislação vigente.

Com a Lei de Diretrizes e Bases do Sistema Educativo (LDB nº Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que preconiza uma série de princípios e finalidades do sistema de ensino, juntamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais, Plano Nacional, Estadual e Municipal de Educação, servirão de inspiração à elaboração deste documento visto como um instrumentos de autonomia, sendo o documento que consagra a orientação educativa da Instituição de Educação Básica Centro Educacional Click Soluções elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa.

A Click Soluções Técnicas, Administrativas e Pedagógicas LTDA é uma Instituição familiar fundada em 2007 pelo Prof. Ms. Elias Souza e desde então não parou de crescer. Uma Empresa familiar gerida com ética, amor e muita dedicação pelos seus filhos, suas

noras, e, assessorados pela sua esposa, ambos com qualificação profissional em nível de Especialização, sob a consultoria e coordenação geral do próprio Prof. Ms. Elias Souza.

Contando com um grupo de colaboradores formado por profissionais altamente qualificados e comprometidos com o seu aprendizado, a Click Soluções é referência em Educação Superior e Pós Graduação como Polo de EAD da UNIASSELVI e com cursos profissionalizantes próprios na cidade de Ituporanga e toda região a 09 (nove) anos no mercado.

Trabalhamos também com outras atividades como:

a) Capacitações e Formação Continuada: Visando a qualificação dos professores e a melhoria da qualidade do ensino a Click Soluções conta com uma equipe de profissionais especialistas, mestres e doutores para Capacitação e Formação Continuada. Veja algumas sugestões de temas: Alfabetização, Educação infantil, Ensinar e aprender, Ensino fundamental, Como utilizar as tecnologias na educação e Palestras motivacionais;

b) Assessorias Educacionais e Administrativas: Buscando a eficácia nas ações, o cumprimento da legislação educacional, um sistema de ensino moderno e atualizado, a Click Soluções conta com uma equipe profissional de especialistas, mestres e doutores para assessorias em diversas áreas;

c) Pesquisa de Opinião Pública e Avaliação Institucional: Contamos com uma equipe e um sistema altamente qualificado para realização de Pesquisa de Opinião Pública e Avaliação Institucional. O serviço inicia-se pela elaboração do questionário específico para cada situação, a equipe se desloca a campo para a aplicação da pesquisa e, por fim, os dados são compilados. O relatório é gerado e os resultados finais são apresentados em forma de seminário;

d) Processos Seletivos e Concursos Públicos: Contamos com uma equipe de profissionais experientes e altamente qualificados no planejamento de processos de seleção. A equipe desenvolve um produto exclusivamente projetado para cada cliente, pois cada trabalho tem a sua realidade, seu significado e o seu papel na avaliação exata do candidato;

Buscando aproveitamento da excelente estrutura da Click Soluções nos períodos diurnos e a demanda na região que existe apenas uma escola Particular na região, estamos buscando a aprovação do Centro Educacional Click Soluções, inicialmente com oferta para o Ensino Fundamental.

### 3. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

#### 3.1. RECURSOS FÍSICOS E DIDÁTICOS

A Click Soluções conta com uma moderna sede, inaugurada em novembro de 2013, contendo 2.000 m<sup>2</sup> de área construída dividida em 4 (quatro) pavimentos.

Dentro dessa área construída constam:

a) 10 (dez) Salas de aula – todas climatizadas e equipadas com 1 (um) computador, sistema de som, projetor multimídia e internet;

b) 4 (quatro) Laboratórios de Informática – sendo 2 (dois) com 20 (vinte computadores), 1 (um) com 14 (quatorze) computadores e 1 (um) com 10 (dez) computadores;

c) 1 (um) Laboratório para Ciências Biológicas;

d) 1 (uma) Biblioteca com acervo de mais de 2.500 (dois mil e quinhentos) livros;

e) 1 (uma) brinquedoteca com vários brinquedos para atividades lúdicas e culturais;

f) 1 (uma) Sala dos Professores;

g) 1 (uma) Secretaria;

h) 1 (uma) Cantina;

i) 1 (uma) Quadra poliesportiva para prática de esportes;

j) 1 (uma) ampla área coberta de convivência com 220 m<sup>2</sup>;

k) Cobertura por sinal de internet sem fio “WIFI” para acesso de nossos alunos em todas as dependências;

l) Banheiros Masculinos e femininos e para portadores de deficiência em todos os andares, inclusive nas dependências de áreas de lazer no primeiro pavimento, totalizando 08 banheiros ao todo;

m) Mapas e ilustrações diversas nas áreas de: Ciências Sociais (história e geografia) e ciências exatas (matemática e ciências).

n) Jogos educativos diversos.

o) Sessenta computadores a disposição dos alunos;

q) Elevador e rampas de acessibilidade.

OBS: Fotos, planta baixa e fachada do Prédio em anexo.

### 3.2. SISTEMA PITÁGORAS

A Click contará com uma **parceria com a Rede Pitágoras** para o fornecimento do material didático impresso e um amplo ambiente virtual para apoio as atividades desenvolvidas pelos professores.

Essa Coleção Didática possibilita o alinhamento entre os segmentos e os diferentes componentes curriculares. Os conteúdos dos livros dialogam de forma simples e direta com o aluno, resgatando conceitos aprendidos e despertando ainda mais sua curiosidade e vontade de aprender. O design e a diagramação dos livros são pensados para aprimorar e facilitar os processos de ensino e de aprendizagem.

Alinhada a coleção, existe uma Plataforma Digital de Aprendizagem que é uma poderosa ferramenta para acompanhar a comunidade escolar o tempo todo. Sendo muito mais que um portal de conteúdos educacionais, é uma ferramenta de alta performance tecnológica, que contribui para a gestão de processos pedagógicos e educacionais que aproximam alunos, professores, pais e toda a comunidade escolar de forma a fazer a diferença no desempenho do aluno.

### 3.3. RECURSOS HUMANOS: QUADRO DE PESSOAL ADMINISTRATIVO E SERVIÇOS GERAIS

<b>NOME</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO</b>	<b>FUNÇÃO</b>
Iraci Hammes Souza	Pedagogia Administração Escolar.	Pós Graduação em Admin. Escolar	Diretora Geral
Elias Souza	Estudos Sociais: (Historia, Geografia, OSPB e Ed. Moral e Cívica)	-Pós Graduação em Geografia; -Mestrado em Gestão de Políticas Públicas	Coordenador Pedagógico
Luana Longen Souza	Administração e Comércio Exterior	- Pós Graduação em Administração Estratégica	Secretaria
Jeancarlo Souza	Sistema de redes	Pós em Gestão de Políticas Públicas	Diretor de Tecnologias
Ruan Carlos Souza	Bacharel em Ciências Contábeis e Técnico em Informática.	Pós Graduando em Controladoria	Diretor Administrativo
Bianca Senen Souza	Bacharel em Ciências Contábeis.	Pós Graduanda em Controladoria	Responsável pelo Sistema AVA
Sabrina Senen Muller	Artes Visuais	Pós Graduanda em Artes Visuais	Responsável Cantina
Anderson Muller	Graduando em Informática		Responsável pelos Lab. Informática
Claudio Henrique Doerner	Comunicação Institucional	Pós Gradado em MBA Coaching	Responsável pela Biblioteca



<b>NOME</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO</b>	<b>FUNÇÃO</b>
Sueli Aparecida Rodrigues Vidal	Ensino Fundamental		Zeladora
Ezoli Schula	Ensino Fundamental		Zeladora
Ricardo Hammes	Ensino Médio		Estagiário

### 3.4. PESSOAL DOCENTE

<b>NOME</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO</b>	<b>ANOS INICIAIS</b>
Rita de Cássia Souza Pereira.	Pedagogia	Didática-Fund. Teóricos da Prática Pedagógica.	1º. e 2º. Anos séries iniciais.
Gisele Bailich Capistrano	Pedagogia e Ciências Biológicas	Gestão Ambiental	3º Ano séries iniciais
Rozeli Benner Eger	Pedagogia	Psicopedagogia	4º. e 5º. Anos séries iniciais
Elias Souza	Estudos Sociais: (Historia, Geo, OSPB E EMC) e Licenciatura em História.	-Pós Graduação em Geografia; -Mestrado em Gestão de Políticas Públicas	Disciplina Geografia anos finais 6º a 9º
Elias Souza	Estudos Sociais: (Hist. Geo, OSPB E EMC) e Licenc. em História.	-Pós Graduação em Geografia; -Mestrado em Gestão de Políticas Públicas	Disciplina História anos finais 6º a 9º
Sabrina de Cassia Senen Muller	Artes Visuais	Pós Graduanda em Artes	Disciplina Artes anos finais 6º a 9º
Juliana dos Santos	Ciências Biológicas	Práticas Pedagógicas Interdisciplinares: Ênfase em Ciências	Disciplina Ciências anos finais 6º a 9º
Adelmo César Sant´ Ana	Licenciatura em Matemática	Especialização em Educação Psicomotora	Disciplina Matemática anos finais 6º a 9º
Soeli Sebold	Letras – Ling. Port. e Inglesa	Metod. do Ensino – Aprend. Ling Inglesa no Processo Educativo	Disc. Língua Estrang. Inglês anos finais 6º a 9º
Clei Giovani Souza	Educ. Física	Atividades Aquáticas	Disciplina Ed. Física anos finais 6º a 9º
Soeli Sebold	Letras – Ling. Port. e Inglesa	Metod. do Ensino – Aprend. Ling Inglesa no Processo Educativo	Disc. Língua Estrang. Inglês anos finais 6º a 9º
Jônatas Natanael Capestana	Bacharelado em Teologia		Disc. Ensino Religioso anos finais 6º a 9º

### 3.5. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DOS SUJEITOS DO PROCESSO EDUCATIVO

O Centro Educacional Click Soluções estará recebendo alunos principalmente do centro e bairros do município de Ituporanga, bem como, dos perímetros urbanos de cidades vizinhas de Petrolândia, Chapadão do Lageado, Alfredo Wagner, Atalanta, Aurora, Vidal Ramos, Imbuia e Leoberto Leal.

Vale a pena salientar que em toda a região existe apenas uma única escola particular que não consegue atender todas as demandas.

O Centro Educacional Click Soluções se apresenta como elo para a ascensão social e profissional das crianças e jovens da região.

Pesquisas qualitativas apontaram a grande preocupação com a educação dos filhos, sobrinhos, netos e afilhados é prioridade.

Enquanto as pessoas das classes A e B têm foco nas especializações, mestrados e intercâmbio, as das C e D pretendem investir os recursos financeiros acumulados na primeira formação das crianças.

E para estes dois últimos, nota-se ainda a vontade de os adultos proporcionarem aos menores, aquilo que não tiveram, com a esperança de que progridam e tenham melhores oportunidades na vida.

Para a imensa maioria, é preciso estudar bastante para ter sucesso. E especificamente no Brasil, com o crescimento da expectativa de vida e com um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente, só se destacam (e se destacarão no futuro) aqueles que estiverem mais bem preparados.

A pesquisa *What are the social benefits of education?* (em tradução livre “Quais os benefícios sociais da educação?”) não incluiu o Brasil entre os países ouvidos, mas demonstrou que quem estuda, além de ser mais feliz, é mais longo.

Ou seja, uma combinação perfeita para os brasileirinhos que nascerão nos próximos anos, que segundo diversos especialistas, devem viver mais, mas necessitarão ter melhor qualidade de vida no futuro do que temos hoje.

Assim, os adultos que colaboram hoje para o bem-estar financeiro dos pequenos no amanhã, sem dúvida, têm visão de longo prazo.

Voltando ao caso dos planos para menores, como o foco são períodos maiores de aportes (não raro começa-se a investir no nascimento para saque aos 18 ou 21 anos de idade), há um longo horizonte de tempo para a acumulação de recursos.

Importante observar que os aportes mensais estejam adequados à renda da família e, ao mesmo tempo, seja suficiente para a realização do objetivo – como, por exemplo, acumular o suficiente para pagar um curso superior.

Com disciplina é perfeitamente possível, em apenas 18 anos de investimento com um valor mensal pequeno, acumular a quantia para tais projetos.

Os adultos que pensam no futuro das crianças e agem concretamente para isso, estão dando uma contribuição não só para seus entes queridos, mas para a toda a

sociedade. A razão é que, assim, colaboram para a melhora da qualidade de vida das próximas gerações.

O Centro Educacional Click Soluções surge para dar oportunidades aos pais e filhos que buscam uma educação sólida e com qualidade na região.

## **4. CONCEPÇÕES**

### **4.1. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO**

As exigências impostas ao ser humano e à sociedade pelo processo econômico e pelo decorrente apelo de desenvolvimento tecnológico determinam a necessidade de estender a ação educativa por todo o curso da vida, tornando a educação um processo permanente e continuado.

A educação possui referencial e legislação específicos nos âmbitos federal, estadual e municipal. Aqui, se destaca a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996, de âmbito federal, especialmente seu Capítulo III, Dos princípios e Fins da Educação Nacional, Art. 2º, o qual determina que a educação é “[...] dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, tendo “por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Convergente a essa determinação, O Centro Educacional Click Soluções toma a educação como uma dinâmica organizativa dos saberes e das formas de interação das pessoas com o meio social no qual atuam. A condição de respeitar e valorizar todos se constitui, portanto, foco da ação educativa, em que os diferentes e as diferenças são respeitados e valorizados ao promover a ampliação do autoconhecimento e a superação de dificuldades, que, antes de serem atribuídas ao outro, devem ser analisadas na perspectiva do próprio sujeito.

O Centro Educacional Click Soluções assume a tarefa de educar e cuidar enquanto processos indissociáveis da formação humana. Cuidar e educar significa compreender que o direito à educação parte do princípio da formação da pessoa em sua essência humana. Trata-se de considerar o cuidado no sentido profundo do que seja acolhimento de todos – crianças, adolescentes, jovens e adultos – com respeito e, com atenção adequada, de estudantes com deficiência, jovens e adultos defasados na relação idade-escolaridade, indígenas, afrodescendentes, quilombolas e povos do campo.

Cabe destacar que, quando o fazer pedagógico desloca seu eixo central para a criança e o estudante, a cidadania também ganha contorno especial na proposta da Instituição. Assim, a Escola entende que a cidadania deve e pode ser exercida em todas as

suas instâncias, oportunizando espaços de participação para a comunidade escolar como prática do humanismo contemporâneo.

Por outro lado, não menos importante e que aparece de forma transversal na proposta da Escola, é a inclusão, como forma de possibilitar o aprender com qualidade. Tal proposta exige um esforço de todos na construção de formas de mediação, metodologias e instrumentos avaliativos que deem conta de atender às especificidades das crianças e dos estudantes com dificuldades e limitações, como também tempos e ritmos diferenciados, de acordo com as condições humanas, profissionais e estruturais disponíveis na instituição.

#### 4.2. CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO

O desenvolvimento pleno do ser humano depende do aprendizado que um determinado grupo cultural realiza, a partir da interação com outros indivíduos. A aprendizagem possibilita, orienta e estimula o desenvolvimento das características psicológicas, especificamente humanas e culturalmente organizadoras.

Respeitar e valorizar as individualidades e as dificuldades significa dizer que o desafio da escola é ir além das informações e de como são transmitidas.

Uma abordagem pedagógica coerente, com uma concepção de aprendizagem significativa, entende que o ponto inicial da aprendizagem deve ser sempre a concepção prévia dos estudantes, a partir da qual se deve proceder a escolha das técnicas, estratégias e atividades a serem desenvolvidas com vistas à mudança dos conceitos para os científicos.

Dentro dos princípios propostos pelo Centro Educacional Click Soluções buscaremos os seguintes pressupostos epistemológicos: 1) o conhecimento é construído a partir do que já se conhece; 2) o conhecimento a ser construído na Escola deve partir daquele que o estudante traz para a sala de aula, tornando a aprendizagem um processo significativo; e 3) o conhecimento brota da necessidade auferida por meio da leitura de mundo, associada à postura humanista que norteia a conduta dos integrantes do processo educativo.

#### 4.3. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

O currículo é movimento e envolve as práticas docentes e institucionais com o intuito de ampliar e construir novos conhecimentos. É o currículo que organiza o que será ensinado e aprendido em termos de conhecimento para a promoção do desenvolvimento integral das crianças e dos estudantes. Ainda se configura como um conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados, cumprindo papel relevante na construção das identidades socioculturais a partir de um processo educacional, que, garantindo a qualidade das aprendizagens [...] constituído pelas experiências escolares

que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articuladas as vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes. (BRASIL, 2010b, p. 28). O Centro Educacional Click Soluções concebe o currículo como o caminho percorrido por professores e estudantes para a ampliação do repertório cultural.

O currículo deve ser o sustentáculo para as ações do processo educacional, apontando os princípios, as diretrizes, os objetivos, as estratégias, os conceitos e os métodos, contextualizados pela realidade, com o compromisso de corresponder aos anseios da comunidade escolar, tendo como foco o referencial confessional luterano para orientar as atividades de autonomia e liberdade.

Nas etapas do ensino, o currículo abarca o que preveem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2010a) e demais legislações vigentes, atentando-se para as especificidades, os objetivos e as expectativas de aprendizagem definidas na Proposta Curricular da própria Escola.

#### 4.4. CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO

A inclusão nos remete às diferenças no meio social em que se vive e com o qual se estabelecem relações. É preciso conhecer as particularidades do outro para, então, orientá-lo de maneira adequada. Perceber a forma como o estudante se desenvolve, brinca, aprende, age e reage aos estímulos e ao meio que o cerca traz elementos para melhor entendê-lo e intervir positivamente.

No Centro Educacional Click Soluções, o compromisso de educar está aliado à responsabilidade do estudante, da família e dos profissionais que o acompanham ao compartilhamento de informações e recursos que beneficiam o desenvolvimento do estudante e ao fornecimento de um diagnóstico formal a respeito da deficiência e/ou síndrome que apresenta.

Considerar as diferentes características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem são de fundamental importância, sendo, porém, preciso verificar as condições de aprendizagem que a Escola pode oferecer.

O Centro Educacional Click Soluções vai priorizar o bem-estar dos estudantes, compreendendo que são únicos e diferentes, mesmo naquilo em que se assemelham. Em decorrência, estabelece critérios que visam beneficiar a aprendizagem e o desenvolvimento de todos, bem como colaborar para que ambos ocorram. Nesse sentido, a Escola conduz, de forma específica, os seguintes casos:

- Síndrome de Asperger;
- Deficiência auditiva parcial (até 41 a 55 db – moderada);

- Síndrome de Down (com retardo mental leve e moderado);
- Deficiência Intelectual (leve e moderada);
- Transtornos de aprendizagem.

A presente política justifica-se pelo compromisso da Escola em alinhar os procedimentos pela busca da qualificação e fortalecimento da prática inclusiva. A escola tem como documento base, para informações a respeito das síndromes e deficiências, a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID 10.

Avaliar cada situação de acordo com a necessidade do estudante conduz a Escola a estratégias de intervenção no que se refere às necessidades educacionais específicas, seja por meio das orientações recebidas por profissionais especializados e/ou pelo conhecimento e prática adquiridos na relação diária entre Escola e estudante. A partir disso, são apresentados os possíveis encaminhamentos para os casos que a Escola se dispõe a atender.

#### 4.5. CONCEPÇÃO DE EXPECTATIVA DE APRENDIZAGEM

A princípio, queremos sugerir que o termo utilizado não seja o de expectativas mínimas de aprendizagem. Precisamos buscar definir uma base comum para as expectativas de aprendizagem, que contemple parâmetros curriculares, conteúdos e orientações didáticas necessárias para que essas expectativas sejam alcançadas com eficácia. O norteador mais relevante neste tema é de construir essa base comum a partir do que já existe. Fazer um levantamento do que está implantado em estados e municípios e analisar esse material por meio de grupos de trabalho específicos e olhar para as melhores práticas passíveis de aplicação, para gerar então o caminho mais recomendável. Partindo deste ponto, não precisaremos reinventar nada do zero e podemos rever as falhas e avançar para uma perspectiva mais contemporânea e associada às necessidades do mundo real.

Os princípios norteadores para a definição das expectativas de aprendizagem são:

a) Toda criança tem direito de aprender. Pais analfabetos ou com baixa escolaridade e situações de vulnerabilidade socioeconômica não podem servir de desculpa para condenar uma criança a um baixo nível de ensino. “Há evidências científicas e empíricas que a maioria dos problemas no aprendizado da leitura resulta de déficits experienciais e instrucionais e não de déficits cognitivos de origem biológica”.

b) A pré-alfabetização e a alfabetização são estruturas sobre as quais se assentam a expectativa de sucesso escolar. Aprender a ler antecede o ler para aprender. Sem o domínio da leitura, o aluno poderá comprometer sua trajetória escolar. Taxas de abandono escolar e de analfabetismo funcional ainda são muito elevadas no Brasil.

c) Equidade para haver qualidade: se a qualidade deve ser oferecida a todos os alunos, a equidade exige que os educadores dominem conhecimentos, métodos e tecnologias que lhes permitam atender de modo eficaz e eficiente aos que partem de diferentes realidades, garantindo a todos oportunidades iguais.

Os maiores desafios para a definição e adoção das expectativas de aprendizagem são:

a) Evoluir do discurso para a prática. Para muitos educadores é mais fácil abordar as questões educacionais do ponto de vista filosófico e conceitual do que traduzir em ação o direito à Educação, definindo os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), e dos conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes);

b) Renovar os currículos dos cursos de formação, garantindo aos professores os conhecimentos e o instrumental prático necessário para o exercício da profissão. Ao analisar os currículos de cursos de formação de professores, Gatti (2009) observou que predominam os referenciais teóricos, seja de natureza sociológica, psicológica ou outros, sobre as práticas educacionais que abordam o que e como ensinar;

c) Os mínimos serem também o máximo. A definição de expectativas mínimas não deve ser uma barreira para crianças e jovens que podem extrapolar esse mínimo determinado. Os educadores devem prever estratégias didáticas que permitam percursos além dos mínimos, respeitando as múltiplas inteligências, os talentos individuais e a pluralidade cultural dos alunos.

Definir expectativas de aprendizagem é uma forma de explicitar e detalhar o currículo. Portanto, as bases são aqueles fundamentos legais que regem os currículos escolares em nosso país: a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as diretrizes curriculares elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que são mandatórias.

A Constituição e a LDB afirmam os valores básicos que orientam a convivência social no Brasil: a liberdade, a igualdade perante a lei, a separação entre religião e estado e assim por diante. Por sua vez, as diretrizes curriculares contêm orientações quanto aos conteúdos e as formas de organizar os currículos. Essas orientações são bastante gerais e flexíveis, deixando margem para as especificidades regionais, para os contextos sociais e culturais das diversas redes educacionais e para a contribuição das equipes escolares, por meio de seus projetos pedagógicos.

#### 4.6. CONCEPÇÃO DE EXPECTATIVA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Em conformidade com o Vocabulário Fundamental de Pedagogia (Ipfling, 1974, p. 50), a avaliação dos alunos pelo professor designa o levantamento cuidadoso e a

classificação sistemática, bem como a interpretação apreciativa dos modos de conduta e das propriedades dos alunos, que são de fundamental importância para a melhoria das atividades escolares e educativas. Inclui nessa definição a necessidade de observação prolongada do comportamento do aluno durante o ensino, no levantamento sistemático de dados por meio de testes e trabalhos escritos, no levantamento de dados anamnésicos (no lar, evolução e desenvolvimento) e no diálogo pessoal com o aluno.

Na literatura pedagógica atual que contempla o tema, podemos encontrar autores que propõem formas de realizar a avaliação que não se reduz à valoração de resultados conseguidos pelos alunos. Por isso há definições de avaliação bastante diferentes, e, em alguns casos bastante ambíguos. Algumas destas chegam a entender que o sujeito da avaliação não deve ser necessariamente, o aluno, mas, sim, a classe, ou mesmo o professor, ou outros fatores intervenientes que concorreram para um determinado resultado pelo avaliado.

Mesmo sendo conceito - avaliação - e designação de uma área de sua ação - avaliação educacional - permeada de vários sentidos, e suportando várias concepções e opiniões elaboradas por diferentes autores, prevalece na prática, levada a efeito no ambiente escolar, a avaliação educacional baseada na verificação (provas, testes, trabalhos) do rendimento do aluno fundada na necessidade de controle externo da aprendizagem. Essa forma prevalente é reduzida aos critérios e instrumentos empregados pelo professor, geralmente ditados pela "instituição" onde esse trabalha que, por sua vez, segue uma tradição na qual cabe apenas a visão e atuação unilateral de avaliação admitida sobre a acumulação de "conhecimento" pelo aluno ou sobre o que foi adquirido por ele mediante ensino, sendo a referência para análise e veredicto o julgamento unilateral do professor o qual tem mandado para realizar a classificação quantitativa, por meio de notas, o que não inclui peso algum a auto avaliação pelo próprio aluno, a avaliação que o aluno faz do professor e a análise de outros fatores intervenientes nos resultados.

Segundo Zabala (1998), bem na direção do que afirmou Paulo Freire (1996), de que "não há docência sem discência" (p. 26), distinguimos dois processos avaliáveis e, pelo menos, dois sujeitos que devem ser avaliados: o aluno que aprende e o professor que ensina. Nessa perspectiva o desempenho do aluno pode e deve ser relacionado ao desempenho do professor, além de outros fatores e agentes intervenientes também influírem no resultado da aprendizagem do aluno.

Zabala (1998) também percebe que a avaliação escolar correta não deve se cingir apenas à relação entre esses dois protagonistas diretamente envolvidos no processo educativo - o aluno e o professor -, pois na realidade o processo de ensino/aprendizagem em sala de aula inclui processos e relações pedagógicas grupais e a classe como um todo. Mas essa visão de avaliação pode ser ampliada ainda mais se não nos prendermos somente ao que acontece em sala de aula, possibilitando que tenhamos uma fotografia mais abrangente do processo de ensino/aprendizagem ao focalizar este como reflexo do todo, ou seja, a aprendizagem do aluno pode ser avaliada como resultante das condições gerais propiciadas



pela instituição escolar e do esforço do próprio aluno para efetivá-la. Estaríamos assim, ao nosso modo de ver, mais perto de uma avaliação institucional, pois nela não só os processos educativos são levados a efeito, mas todos os fatores que concorreram proporcionados por uma unidade escolar, vinculando-se o resultado da aprendizagem do aluno às condições gerais que a escola oferece.

Com essa visão, pensamos que a avaliação que cabe ao processo educativo deve ser abrangente, consistente, contínua, sistemática, dinâmica, coerente e polissêmica, de modo que todos os fatores e agentes intervenientes também sejam considerados e analisados nos resultados obtidos pelo aluno.

## **5. PERFIL REAL DOS SUJEITOS, RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO**

### **5.1. REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES VIDA-CONHECIMENTO-CULTURA ENTRE PROFESSORES, ALUNOS E ESCOLA**

Nesse cenário histórico, os professores, por serem “sujeitos existenciais, pessoas com suas emoções, suas linguagens e seus relacionamentos”, quando entram em sala de aula para dar a “mesma” lição diante dos “mesmos” alunos, vivenciam, no dia-a-dia da escola, todas essas mudanças e diferenças históricas. (TARDIFF, 2002). Por essa razão, paira entre eles um ‘sentimento coletivo de desassossego’ e um profundo estranhamento diante da mudança de comportamento dos estudantes: frequentes manifestações de indisciplina, violência, resistência ao estudo, cenas de namoro, preocupações com a moda, com os celulares... Todas essas questões já extrapolaram os muros da escola e estão presentes em estudos e pesquisas da literatura educacional, que discutem suas implicações pedagógicas, bem como sua dimensão histórico-cultural têm se destacado por estabelecer a diferença histórica entre o aluno de ontem e o de hoje. Para eles, os alunos que estão em nossas escolas são radicalmente diferentes dos alunos de épocas anteriores por apresentarem uma “historicidade pós-moderna”, constituída por um conjunto de práticas culturais responsáveis pela “produção” de sujeitos particulares, específicos, com identidades e subjetividades singulares. Para eles, o aluno de hoje é “...um sujeito-estudante pós-moderno porque ele apresenta um novo tipo de subjetividade humana — uma subjetividade pós-moderna — que se caracteriza pela efetivação particular da identidade social e da agência social, corporificadas em novas formas de ser e de tornar-se humano.” (GREEN e BIGUN 1995).

Para Mariano Narodowzky (2001), educador argentino, a ideia consolidada pela educação moderna de que as crianças e jovens são obedientes e dependentes não corresponde mais à realidade contemporânea. Para ele, tanto a infância quanto a adolescência devem ser ressignificadas na perspectiva do cruzamento de dois grandes pólos: “Um é o polo da infância hiper-realizada, da infância da realidade virtual. Trata-se das crianças que realizam sua infância com a Internet, os computadores, os sessenta e cinco

canais da TV a cabo, os videogames, e há tempo deixaram de ocupar o lugar do não-saber. (...) O outro ponto de fuga é constituído pelo polo que está conformado pela infância desrealizada. É a infância que é independente, autônoma porque vive na rua, porque trabalha desde muito cedo, é a infância não da realidade virtual, mas da realidade real. (NARODOWZKY, 2001).

Contraopondo-se à naturalização da imagem clássica do aluno como sujeito da educação idealizado e a-histórico, desenvolve-se uma abordagem na qual se compreende que o “aluno é uma construção histórica inventada pelos adultos ao longo da experiência histórica”. (GIMENO SACRISTÁN, 2005). Nessa perspectiva histórico-cultural, faz-se necessário explicitar que cada sociedade tem uma dinâmica sociocultural própria de fazer sujeitos históricos e identidades culturais, isto é, a formação social de sujeitos históricos se concretiza por meio de uma diversidade de instituições sociais e práticas culturais que, paralelamente à produção das condições materiais de existência, “formatam os sujeitos em seus hábitos mentais e motores, em seus laços de pertencimento ao parentesco, ao meio ambiente, às instituições sociais, às normas, regras e leis e a um conjunto de práticas culturais singulares.” (WARNIER, 2000). Nos primórdios da constituição histórica das sociedades, a construção das identidades culturais realizava-se por meio da convivência comunitária entre pais e filhos, entre adultos e menores. Por meio dessa convivência, as crianças, como sujeitos aprendizes, incorporavam a língua, os costumes, a religião, as normas da comunidade, suas técnicas de sobrevivência e, no contato direto com os membros mais velhos do grupo social, aprendiam também os papéis masculinos e femininos, as lendas, os mitos e as crenças. Nessas sociedades, a formação de sujeitos-aprendizes tinha como referência a troca e a socialização de conhecimentos pragmáticos e operatórios.

A cultura escolar instituída ao longo da modernidade, ao se tornar uma “tradição inventada” (HOBBSAWN, 1997), concebeu a formação do sujeito da educação de uma forma idealizada, distanciado de suas experiências cotidianas. No entanto, essa concepção de aluno, diante da velocidade das transformações históricas, não se concretiza mais de acordo com as ideias pré-concebidas pelas teorias pedagógicas. O aluno que está em sala de aula já não corresponde a nenhuma das representações propostas pela cultura escolar de natureza iluminista, porque, hoje, na posição de sujeito do conhecimento, ele é, sobretudo, um sujeito histórico, que traz para a sala de aula um repertório de experiências constitutivas da cotidianidade da sociedade contemporânea. Nessa perspectiva histórico-cultural, a escola deixou de ser uma comunidade de ouvintes, centrada no discurso pastoral dos professores.

As escolas de hoje, recorrendo-se à expressão de Guattari, são verdadeiros “territórios existenciais coletivos”, devido à presença de alunos que são os “praticantes do cotidiano” contemporâneo e que trazem para dentro das salas de aula as suas práticas culturais. Os estudantes, portanto, são produtos diários da cultura, de uma cultura-ação, de uma cultura no sentido antropológico, que encara todo e qualquer ato social como uma forma de construir culturalmente e socialmente a realidade. Com a presença dos jovens, a escola constitui-se também em um espaço de convivência, pois a ordem, a disciplina, o silêncio cederam espaço à comunicabilidade, à sociabilidade e à interatividade. Para Lopes (2005),

os jovens apostam na escola como um local de convívio intragrupal, pois ter um grupo na escola é fundamental, e quem não está integrado não é ninguém. O grupo na escola acaba por funcionar como um aporte ativo de rituais, de símbolos, de imagens e de códigos comunicativos, com sentidos e significados para seus praticantes. Dessa forma, no cotidiano juvenil, há intenso processo de comunicação, produção de sentidos e significados, histórias que os estudantes contam a respeito de si próprios e das suas vidas e que não devem ser entendidos como cotidiano de alienação. (LOPES, 2005).

O convívio com os amigos é um dos aspectos mais significativos do cotidiano dos jovens, e um dos mais valorizados, mesmo como forma de prazer. É com os amigos que os jovens partilham as suas opiniões, demonstram maior vontade de interação, o que se constitui em um importante papel de integração social.

De acordo com Pais (1993), para os jovens, o “grupo” é fundamental, pois ele produz solidariedade e identidade grupal. O convívio com os amigos faz parte significativa do tempo despendido pelos jovens no seu cotidiano. É nesse tempo/espaço que o jovem desenvolve a maior parte das suas atividades de tempos livres, como ouvir música ou partilhar certos gostos, nem que seja através do empréstimo de bens culturais, como discos, CD’s, livros, filmes em vídeo etc. Há um reforço da coesão grupal, uma decisão de grupo. Por outro lado, é por meio das ritualidades grupais que os jovens evadem-se do cotidiano escolar, ao incorporarem o consumo de drogas, a violência, o bullying, bem como inúmeras outras ‘práticas culturais’ que contribuem para potencializar o ‘pânico moral’ diante dessa nova realidade escolar. No cotidiano escolar, cada vez mais os grupos e tribos juvenis estão presentes. Por essa razão, percebe-se, entre os estudantes, fortes resistências ao currículo formal, pois seus interesses estão voltados para temas não escolares, tais como namoro, sexualidade, moda, festas, passeios etc.

## 5.2. OS PRINCIPAIS PASSOS METODOLÓGICOS

Estendendo-se essa proposição à docência, cabe ao professor estabelecer ligações transversais de “saber para saber”, ponto fundamental de um novo tipo de interação educativa entre o “saber científico”, do qual o professor é o agenciador, e os “saberes dos alunos”, quaisquer que sejam eles, sejam quais forem as suas condições de historicidade em sala de aula. Cabe, portanto, ao professor problematizar os “registros experienciais e culturais” presentes no cotidiano escolar e articulá-los aos “registros epistêmicos” próprios da educação escolar e para os quais ele, como “sujeito epistêmico”, recebeu uma formação pedagógica (TARDIF, 2002). Os principais passos metodológicos para tal postura são:

a) A escuta sensível: saber ouvir o que os alunos, como sujeito coletivo, tem a dizer. É a partir desse momento que o professor pode estabelecer um diálogo com o universo simbólico dos alunos, desvelando as suas falas, as suas narrativas, a sua utopia, os seus sonhos, as suas necessidades, as suas possibilidades e seus limites. Na condição de

gestor/mediador de identidades e subjetividades, o professor deve estar aberto a vários níveis de escuta dos sujeitos da educação: a escuta socioidentitária: reconhecer a presença das diversidades culturais que se manifestam e estão presentes na sala de aula, valorizando os modos de pensar, agir e sentir; a escuta das narrativas silenciosas, gestuais, não-verbais. Muitos alunos, por motivos os mais diversos, consideram a escola como sendo exclusivamente uma “comunidade de ouvintes”; a escuta poético-existencial: reconhecer as múltiplas narrativas — oral, escrita, virtual, artística, performática etc.; a escuta espiritual-filosófica: valorizar a escuta dos valores últimos que atuam no sujeito (indivíduo ou grupo): medos, angústias, esperanças, frustrações, esquizofrenias, paixões, decepções coletivas.

b) Agir pedagógico comunicativo: os diferentes saberes — populares, científicos, econômicos, sociais, políticos, culturais e simbólicos — devem ser considerados em uma perspectiva de “circularidade cultural”. A cultura escolar não pode mais ser considerada de forma descontextualizada em relação ao complexo cultural em permanente circulação nos mais diversos espaços de aprendizagem contemporâneos — os meios de comunicação social (rádio, tv, internet).

c) Ressignificação reflexiva dos saberes: só há apropriação significativa dos saberes escolares se eles estiverem profundamente relacionados às identidades culturais dos sujeitos individuais e coletivos presentes na escola, o que, se evidenciado, deverá concorrer para uma significativa elevação cultural da sociedade como um todo.

Diante desse novo cenário histórico-cultural, cabe aos professores assumir posturas inerentes a uma pedagogia cultural, ou seja, reconhecer que os nossos alunos são, ao mesmo tempo, sujeitos do conhecimento e sujeitos experienciais e que essas duas dimensões devem ser constantemente religadas por uma ação mediadora do professor.

### 5.3. A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO PROFESSORES/ALUNOS/ESCOLA

As relações humanas, embora complexas, são peças fundamentais na realização comportamental e profissional de um indivíduo. Desta forma, a análise dos relacionamentos entre professor/aluno envolve interesses e intenções, sendo esta interação o expoente das consequências, pois a educação é uma das fontes mais importantes do desenvolvimento comportamental e agregação de valores nos membros da espécie humana.

Neste sentido, a interação estabelecida caracteriza-se pela seleção de conteúdos, organização, sistematização didática para facilitar o aprendizado dos alunos e exposição onde o professor demonstrará seus conteúdos.

No entanto este paradigma deve ser quebrado, é preciso não limitar este estudo em relação comportamento do professor com resultados do aluno; devendo introduzir os processos construtivos como mediadores para superar as limitações do paradigma processo-produto.

Segundo GADOTTI (1999: 2), o educador para pôr em prática o diálogo, não deve colocar-se na posição de detentor do saber, deve antes, colocar-se na posição de quem não sabe tudo, reconhecendo que mesmo um analfabeto é portador do conhecimento mais importante: o da vida.

Desta maneira, o aprender se torna mais interessante quando o aluno se sente competente pelas atitudes e métodos de motivação em sala de aula. O prazer pelo aprender não é uma atividade que surge espontaneamente nos alunos, pois, não é uma tarefa que cumprem com satisfação, sendo em alguns casos encarada como obrigação. Para que isto possa ser melhor cultivado, o professor deve despertar a curiosidade dos alunos, acompanhando suas ações no desenvolver das atividades.

O professor não deve preocupar-se somente com o conhecimento através da absorção de informações, mas também pelo processo de construção da cidadania do aluno. Apesar de tal, para que isto ocorra, é necessária a conscientização do professor de que seu papel é de facilitador de aprendizagem, aberto às novas experiências, procurando compreender, numa relação empática, também os sentimentos e os problemas de seus alunos e tentar levá-los à auto realização.

De modo concreto, não podemos pensar que a construção do conhecimento é entendida como individual. O conhecimento é produto da atividade e do conhecimento humano marcado social e culturalmente. O papel do professor consiste em agir com intermediário entre os conteúdos da aprendizagem e a atividade construtiva para assimilação.

O trabalho do professor em sala de aula, seu relacionamento com os alunos é expresso pela relação que ele tem com a sociedade e com cultura. ABREU & MASETTO (1990: 115), afirma que “é o modo de agir do professor em sala de aula, mais do que suas características de personalidade que colabora para uma adequada aprendizagem dos alunos; fundamenta-se numa determinada concepção do papel do professor, que por sua vez reflete valores e padrões da sociedade”.

Segundo FREIRE (1996: 96), “o bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas”.

Ainda segundo o autor, “o professor autoritário, o professor licencioso, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum deles passa pelos alunos sem deixar sua marca”.

Apesar da importância da existência de afetividade, confiança, empatia e respeito entre professores e alunos para que se desenvolva a leitura, a escrita, a reflexão, a

aprendizagem e a pesquisa autônoma; por outro, SIQUEIRA (2005: 01), afirma que os educadores não podem permitir que tais sentimentos interfiram no cumprimento ético de seu dever de professor. Assim, situações diferenciadas adotadas com um determinado aluno (como melhorar a nota deste, para que ele não fique de recuperação), apenas norteadas pelo fator amizade ou empatia, não deveriam fazer parte das atitudes de um “formador de opiniões”.

A relação entre professor/aluno/escola dependem das condições oferecidas pela escola e fundamentalmente, do clima estabelecido pelo professor, da relação empática com seus alunos, de sua capacidade de ouvir, refletir e discutir o nível de compreensão dos alunos e da criação das pontes entre o seu conhecimento e o deles. Indica também, que o professor, educador da era industrial com raras exceções, deve buscar educar para as mudanças, para a autonomia, para a liberdade possível numa abordagem global, trabalhando o lado positivo dos alunos e para a formação de um cidadão consciente de seus deveres e de suas responsabilidades sociais e um profissional com qualidade.

#### 5.4. A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA

A sociedade moderna vive uma crise de valores éticos e morais sem precedentes. Essa é uma constatação que nada tem de original, pois todos a estão percebendo e vivenciando de alguma maneira. O fato de ser uma professora a fazer essa constatação também não é nenhuma surpresa, pois é na escola que essa crise acaba, muitas vezes, ficando em maior evidência.

Nunca na escola se discutiu tanto quanto hoje assuntos como falta de limites, desrespeito na sala de aula e desmotivação dos alunos. Nunca se observou tantos professores cansados, estressados e, muitas vezes, doentes física e mentalmente. Nunca os sentimentos de impotência e frustração estiveram tão marcantemente presentes na vida escolar.

Para Esteve (1999), toda essa situação tem relação com uma acelerada mudança no contexto social. Segundo ele, Nosso sistema educacional, rapidamente massificado nas últimas décadas, ainda não dispõe de uma capacidade de reação para atender às novas demandas sociais. Quando consegue atender a uma exigência reivindicada imperativamente pela sociedade, o faz com tanta lentidão que, então, as demandas sociais já são outras.

Por essa razão, dentro das escolas as discussões que procuram compreender esse quadro tão complexo e, muitas vezes, caótico, no qual a educação se encontra mergulhada, são cada vez mais frequentes. Professores debatem formas de tentar superar todas essas dificuldades e conflitos, pois percebem que se nada for feito em breve não se conseguirá mais ensinar e educar. Entretanto, observa-se que, até o momento, essas discussões vêm sendo realizadas apenas dentro do âmbito da escola, basicamente envolvendo direções, coordenações e grupos de professores. Em outras palavras, a escola

vem, gradativamente, assumindo a maior parte da responsabilidade pelas situações de conflito que nela são observadas.

Assim, procura-se em novas metodologias de trabalho, por exemplo, as soluções para esses problemas. Computadores e programas de última geração, projetos multi e interdisciplinares de todos os tipos e para todos os gostos, avaliações participativas, enfim uma infinidade de propostas e atividades visando a, principalmente, atrair os alunos para os bancos escolares. Não é mais suficiente a ideia de uma escola na qual o indivíduo ingressa para aprender e conhecer. Agora a escola deve também entreter.

No entanto, apesar das diferentes metodologias hoje utilizadas, os problemas continuam, ou melhor, se agravam cada vez mais, pois além do conhecimento em si estar sendo comprometido irremediavelmente, os aspectos comportamentais não têm melhorado. Ao contrário. Em sala de aula, a indisciplina e a falta de respeito só têm aumentado, obrigando os professores a, muitas vezes, assumir atitudes autoritárias e disciplinadoras. Para ensinar o mínimo, está sendo necessário, antes de tudo, disciplinar, impor limites e, principalmente, dizer não.

A questão que se impõem é: até quando a escola sozinha conseguirá levar adiante essa tarefa? Ou melhor, até quando a escola vai continuar assumindo isoladamente a responsabilidade de educar?

São questões que merecem, por parte de todos os envolvidos, uma reflexão, não só mais profunda, mas também mais crítica. É, portanto, necessário refletir sobre os papéis que devem desempenhar nesse processo a escola e, conseqüentemente, os professores, mas também não se pode continuar ignorando a importância fundamental da família na formação e educação de crianças e adolescentes.

Voltando a analisar a sociedade moderna, observa-se que uma das mudanças mais significativas é a forma como a família atualmente se encontra estruturada. Aquela família tradicional, constituída de pai, mãe e filhos tornou-se uma raridade. Atualmente, existem famílias dentro de famílias. Com as separações e os novos casamentos, aquele núcleo familiar mais tradicional tem dado lugar a diferentes famílias vivendo sob o mesmo teto. Esses novos contextos familiares geram, muitas vezes, uma sensação de insegurança e até mesmo de abandono, pois a ideia de um pai e de uma mãe cuidadores dá lugar a diferentes pais e mães “gerenciadores” de filhos que nem sempre são seus.

Além disso, essa mesma sociedade tem exigido, por diferentes motivos, que pais e mães assumam posições cada vez mais competitivas no mercado de trabalho. Então, enquanto que, antigamente, as funções exercidas dentro da família eram bem definidas, hoje pai e mãe, além de assumirem diferentes papéis, conforme as circunstâncias saem todos os dias para suas atividades profissionais. Assim, observa-se que, em muitos casos, crianças e adolescentes acabam ficando aos cuidados de parentes (avós, tios), estranhos (empregados) ou das chamadas babás eletrônicas, como a TV e a Internet, vendo seus pais somente à noite.

Toda essa situação acaba gerando uma série de sentimentos conflitantes, não só entre pais e filhos, mas também entre os próprios pais. E um dos sentimentos mais comuns entre estes é o de culpa. É ela que, na maioria das vezes, impede um pai ou uma mãe de dizer não às exigências de seus filhos. É ela que faz um pai dar a seu filho tudo o que ele deseja, pensando que assim poderá compensar a sua ausência. É a culpa que faz uma mãe não avaliar corretamente as atitudes de seu filho, pois isso poderá significar que ela não esteve suficientemente presente para corrigi-las.

Enfim, é a culpa de não estar presente de forma efetiva e construtiva na vida de seus filhos que faz, muitas vezes, um pai ou uma mãe ignorarem o que se passa com eles. Assim, muitos pais e mães acabam tornando-se reféns de seus próprios filhos. Com receio de contrariá-los, reforçam atitudes inadequadas e, com isso, prejudicam o seu desenvolvimento, não só intelectual, mas também, mental e emocional.

Esses conflitos acabam agravando-se quando a escola tenta intervir. Ocorre que muitos pais, por todos os problemas já citados, delegam responsabilidades à escola, mas não aceitam com tranquilidade quando essa mesma escola exerce o papel que deveria ser deles. Em outras palavras,

[...] os pais que não têm condições emocionais de suportar a sua parcela de responsabilidade, ou culpa, pelo mau rendimento escolar, ou algum transtorno de conduta do filho, farão de tudo, para encontrar argumentos e pinçar fatos, a fim de imputar aos professores que reprovaram o aluno, ou à escola como um todo, a total responsabilidade pelo fracasso do filho (ZIMERMAN apud BOSSOLS, 2003: 14).

Assim, observa-se que, em muitos casos a escola (e seus professores) acaba sendo sistematicamente desautorizada quando, na tentativa de educar, procura estabelecer limites e responsabilidades. O resultado desses sucessivos embates é que essas crianças e adolescentes acabam tornando-se testemunhas de um absurdo e infrutífero cabo-de-guerra, entre a sua escola e a sua família. E a situação pode assumir uma maior complexidade porque, conforme também explica Zimerman, “o próprio aluno, que não suporte reconhecer a responsabilidade por suas falhas, fará um sutil jogo de intrigas que predisponha os pais contra os professores e a escola” (apud BOSSOLS, 2003: 14).

Entretanto, é importante compreender que, apesar de todas as situações aqui expostas, o objetivo não é o de condenar ou julgar. Está-se apenas demonstrando que, ao longo dos anos, gradativamente a família, por força das circunstâncias já descritas, tem transferido para a escola a tarefa de formar e educar. Entretanto, essa situação não mais se sustenta. É preciso trazer, o mais rápido possível, a família para dentro da escola. É preciso que ela passe a colaborar de forma mais efetiva com o processo de educar. É preciso, portanto, compartilhar responsabilidades e não transferi-las.

É dentro desse espírito de compartilhar que não se pode deixar de citar a iniciativa do MEC, que instituiu a data de 24 de abril como o Dia Nacional da Família na Escola. Nesse



dia, todas as escolas são estimuladas a convidar os familiares dos alunos para participar de suas atividades educativas, pois segundo declaração do ex-Ministro da Educação Paulo Renato Souza "quando os pais se envolvem na educação dos filhos, eles aprendem mais".

A família deve, portanto, se esforçar em estar presente em todos os momentos da vida de seus filhos. Presença que implica envolvimento, comprometimento e colaboração. Deve estar atenta a dificuldades não só cognitivas, mas também comportamentais. Deve estar pronta para intervir da melhor maneira possível, visando sempre o bem de seus filhos, mesmo que isso signifique dizer sucessivos “nãos” às suas exigências. Em outros termos, a família deve ser o espaço indispensável para garantir a sobrevivência e a proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como se vêm estruturando (KALOUSTIAN, 1988). Educar, portanto, não é uma tarefa fácil, exige muito esforço, paciência e tranquilidade. Exige saber ouvir, mas também fazer calar quando é preciso educar. O medo de magoar ou decepcionar deve ser substituído pela certeza de que o amor também se demonstra sendo firme no estabelecimento de limites e responsabilidades. Deve-se fazer ver às crianças e jovens que direitos vêm acompanhados de deveres e para ser respeitado, deve-se também respeitar.

No entanto, para não tornar essa discussão por demais simplista, é importante, entender, que quando se trata de educar não existem fórmulas ou receitas prontas, assim como não se encontra, em lugar algum, soluções milagrosas para toda essa problemática. Como já foi dito, educar não é uma tarefa fácil; ao contrário, é uma tarefa extremamente complexa. E talvez o que esteja tornando toda essa situação ainda mais difícil seja o fato de a sociedade moderna estar vivendo um momento de mudanças extremamente significativas.

Segundo Paulo Freire: “A mudança é uma constatação natural da cultura e da história. O que ocorre é que há etapas, nas culturas, em que as mudanças se dão de maneira acelerada. É o que se verifica hoje. As revoluções tecnológicas encurtam o tempo entre uma e outra mudança” (2000: 30). Em outras palavras, está-se vivendo, em um pequeno intervalo de tempo, um período de grandes transformações, muitas delas difíceis de serem aceitas ou compreendidas. E dentro dessa conjuntura está a família e a escola. Ambas tentando encontrar caminhos em meio a esse emaranhado de escolhas, que esses novos contextos, sociais, econômicos e culturais, nos impõem.

Para finalizar é importante fazer algumas considerações que, se não trazem soluções definitivas, podem apontar caminhos para futuras reflexões. Assim, é preciso compreender, por exemplo, que no momento em que escola e família conseguirem estabelecer um acordo na forma como irão educar suas crianças e adolescentes, muitos dos conflitos hoje observados em sala de aula serão paulatinamente superados. No entanto, para que isso possa ocorrer é necessário que a família realmente participe da vida escolar de seus filhos. Pais e mães devem comparecer à escola não apenas para entrega de avaliações ou quando a situação já estiver fora de controle. O comparecimento e o envolvimento devem ser permanentes e, acima de tudo, construtivos, para que a criança e o jovem possam se sentir amparados, acolhidos e amados. E, do mesmo modo, deve-se lutar para que pais e

escola estejam em completa sintonia em suas atitudes, já que seus objetivos são os mesmos. Devem, portanto, compartilhar de um mesmo ideal, pois só assim realmente estarão formando e educando, superando conflitos e dificuldades que tanto vêm angustiado os professores, como também pais e os próprios alunos.

#### 5.4.1. Família, escola e valores

O mundo vive uma crise ética e moral, precisamos conscientizar nossos alunos que vale a pena ser bom, viver em harmonia, em paz e respeitar a todos, ser ético. Diante deste quadro é fundamental a parceria escola e família no trabalho conjunto para formação de cidadãos mais humanos e mais juntos. Precisamos trabalhar diariamente valores como:

- I. Amizade – sentimento fiel de afeição, simpatia, estima ou ternura entre pessoas que geralmente não são ligadas por laços de família ou por atração sexual;
- II. Amor – sentimento que predispõe alguém a desejar o bem a outrem, ou de alguma coisa.
- III. Bom Humor – capacidade de perceber, apreciar ou expressar o que é cômico ou divertido.
- IV. Compaixão - pesar que em nós desperta a infelicidade, a dor, o mal de outrem; piedade, dó, condolência.
- V. Cooperação – ato ou efeito de cooperar. Associação entre duas espécie que, embora dispensável. Traz vantagens para ambas.
- VI. Coragem – bravura em face do perigo, intrepidez, ousadia. Resolução, franqueza, desembaraço.
- VII. Disciplina – regime de ordem imposta ou livremente consentida.
- VIII. Doçura – bravura, suavidade, serenidade, meiguice, ternura.
- IX. Entusiasmo – veemência, vigor, no falar ou no escrever, flama;
- X. Felicidade – qualidade ou estado de feliz, ventura, contentamento. Bom êxito, sucesso;
- XI. Fidelidade – constância, firmeza, nas afeições, nos sentimentos, perseverança;
- XII. Generosidade - ação ou atitude generosa que deixa as pessoas mais alegres.
- XIII. Gratidão – qualidade de quem é grato. Reconhecimento por um benefício recebido, agradecimento;
- XIV. Honestidade – qualidade ou caráter de honesto, honradez, dignidade, probidade, decoro, decência, virtude;
- XV. Humildade – virtude que nos dá o sentimento da nossa fraqueza. Respeito, reverência.
- XVI. Justiça – conformidade com o direito; a virtude de dar a cada um aquilo que é seu. A faculdade de julgar segundo o direito e melhor consciência.
- XVII. Liberdade – faculdade de cada um se decidir ou agir segundo a própria determinação. Poder de agir no seio de uma sociedade organizada, segundo a própria determinação, dentro dos limites impostos por normas definidas;

- XVIII. Misericórdia – compaixão suscitada, pela miséria alheia, indulgência, graça, perdão.
- XIX. Paciência – Virtude que consiste em suportar as dores, incômodos, infortúnios, etc., sem queixas e com resignação. Perseverança tranquila;
- XX. Perseverança - qualidade ou procedimento de perseverante, pertinácia, constância, firmeza;
- XXI. Polidez – delicadeza. Cortesia, civilidade, urbanidade. Formas de tratamento mais ou menos formais, ou de marcadores como, por favor, por gentileza;
- XXII. Prudência – qualidade de quem agi com moderação, comedimento, buscando evitar tudo o que acredita ser fonte de erro ou de dano. Cautela, precaução;
- XXIII. Pureza - limpidez, transparência, nitidez, inocência, singeleza, sinceridade;
- XXIV. Respeito – reverência, veneração, obediência, deferência, submissão, acatamento. Lado pelo qual se encara uma questão, ponto de vista, aspecto;
- XXV. Responsabilidade - qualidade ou condição de responsável,. Capacidade de entendimento ético-jurídico e determinação volitiva adequada, que constitui pressuposto penal necessário da pontualidade;
- XXVI. Simplicidade – naturalidade, espontaneidade, elegância. Caráter próprio, não modificado por elementos estranhos, ingenuidade, desafetação. Sinceridade, franqueza.
- XXVII. Temperança – qualidade ou virtude de quem é moderado, ou de quem modera apetites e paixões; sobriedade.
- XXVIII. Tolerância – tendência a admitir modos de pensar, de agir e de sentir que diferem dos de um indivíduo ou de grupos determinados, políticos ou religiosos.
- XXIX. Trabalho – aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim; esforço incomum, luta, lida.
- XXX. União – junção de duas coisas ou pessoas. Contato, justaposição. Pacto, aliança, liga. Reunião de forças, de vontades, etc., coesão, unidade.

## **6. BASES NORTEADORAS DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO**

### **6.1. FUNDAMENTOS DA METODOLOGIA**

A metodologia da escola está de acordo com a Proposta Curricular de Santa Catarina. Baseia-se na visão de fundamentar a ação pedagógica numa perspectiva histórico-social, na qual o papel da escola, do professor, do aluno e do conhecimento esteja a serviço da cidadania crítica. Em resumo, adotamos o sociointeracionismo concretizado pela Teoria da Atividade (Atividades de Aprendizagem).

A Proposta Curricular de Santa Catarina tem como objetivo fundamentar a ação pedagógica numa perspectiva histórica–social, na qual os papéis da escola, do professor e do conhecimento, estejam a serviço da cidadania crítica.

A proposta é baseada em uma filosofia que opta por determinado conceito de pessoa humana e de sociedade; e como concepção de aprendizagem a maneira de compreender e provocar a relação da pessoa com o conhecimento. O pressuposto filosófico da Proposta Curricular é de que o conhecimento das ciências, das artes e das línguas deve ser socializado, numa perspectiva de universalidade.

## 6.2. A CONCEPÇÃO DE APRENDIZAGEM

A concepção de aprendizagem que dá suporte teórico a este trabalho e o sociointeracionismo. Esta concepção baseada nos trabalhos de Lev Semionovich Vigotski (1896 – 11934), sustenta a aprendizagem deve ser entendida na sua relação com o desenvolvimento humano.

A criança e o conhecimento se relacionam através da interação social, isto é, da atividade conjunta mediada. A construção do conhecimento é um ato coletivo. O conhecimento não existe sozinho, está sempre impregnado em algo humano (pessoa, livro, aparelho, meio sociocultural) reflete as formas de produção e as relações de uma determinada sociedade. O papel do professor é fazer a mediação entre a herança sócio-histórica da espécie humana e os alunos.

Na concepção Vigotskiana de aprendizagem e desenvolvimento faz-se necessário articular a mente com o mundo, recuperando o sentido e não apenas o significado dos conceitos. O papel central da atividade educativa é compreender o desenvolvimento da consciência em sociedade.

Em sociedade, o homem possui vínculos relacionados a instituições sociais as quais estabelecem normas e princípios que marcam a realidade sócia, ou seja, na qual estamos imersos e por ela marcados.

Esta realidade leva-nos a tomar como orientação nesta proposta os seguintes princípios metodológicos:

- Levar em consideração no trabalho escolar o conhecimento do aluno (conhecimento do senso comum que o aluno possui sobre determinado assunto), relativos ao tema focalizados, com o conhecimento científico, a ser trabalhado de forma a possibilitar a reelaboração pelo aluno do seu conhecimento inicial, o qual possibilitará novo conhecimento. No senso comum os fatos sociais são neutralizados, ou seja, perde-se de vista a compreensão de que são produtos da construção coletiva do homem. Compreender isso nos possibilita a interferir na vida social com mais propriedade, para alcançar as metas pretendidas e tentar organizar uma vida mais justa.

- Criar situações de ensino que possibilitem a exposição (de sujeitos da educação, professores e alunos ) a diferentes pontos de vista: tal princípio ajuda a ver com mais clareza

concepções de sociedade (conservadora e inovadora) que estão embutidas nas diferentes visões presentes na sala de aula sobre o tema trabalhado.

- Considerar as potencialidades dos alunos e a importância da concretização dos conceitos teóricos (identificação dos conceitos em situações reais concretas) para que se possa avançar o conhecimento inicial do aluno a ser permeado pelo conhecimento científico trabalhado no curso.

- Criar condições de participação nas tomadas de “decisões de ensino” (seleção de conteúdos, escolha de procedimentos de ensino e de procedimentos de avaliação).

O Ensino Aprendizagem deve ter como pressuposto o professor como mediador das interações práticas-teóricas-práticas; considerar a sua prática como “um” dos espaços de construção do conhecimento, e não o único. Resgatar o papel do contexto sócio mediações que vençam os obstáculos presentes na apropriação e reconstrução do conhecimento.

Compreender a realidade exige uma abordagem interdisciplinar, pois ela se forma a partir da articulação dialética dos diferentes conhecimentos produzidos pelas diferentes ciências.

As ciências sociais e naturais, a matemática e a arte possibilitam trabalhar com os diferentes aspectos da realidade concreta, vinculando-a ao universo da criança. Articular a ciência com a cultura, a arte, as línguas e a filosofia é construir uma prática interdisciplinar, onde o trabalho coletivo é um imperativo metodológico.

O trabalho interdisciplinar determina a inserção crítica da criança em sua própria realidade e cria condições objetivas para a realização de um novo espaço de apropriação do conhecimento não mais de forma fragmentada, e sim na sua totalidade.

Segundo Vygotsky, a aprendizagem:

- a) Acontece na relação entre ser humano, natureza e sociedade;
- b) É coletiva, acontece na interação com o outro. Aprender implica em uma atividade coletiva, onde o professor é o responsável pela mediação do conhecimento.
- c) Relação proporcional entre aprendizagem e desenvolvimento.
- d) Desenvolvimento real (conhecimento do aluno) – mediação (professor) – desenvolvimento potencial (não é espontâneo).

Segundo a Teoria da Atividade a aprendizagem acontece através de atividades que considerem a ação do sujeito ativo, o que implica considerar a vontade e a motivação para agir. Assim, as atividades de aprendizagem são um conjunto de ações que tem uma finalidade, uma motivação e uma profunda veiculação com a vida do agente (partir dos conhecimentos anteriores). Por exemplo: copiar do quadro, fazer exercícios do livro didático, fazer redações, etc, são atividades, mas são consideradas de aprendizagem quando o aluno

o faz consciente e motivado com o objetivo de assimilar novos conhecimentos e habilidades. É importante salientar que as atividades de aprendizagem não ocorrem no espontaneísmo. O professor é responsável pela elaboração destas atividades (mediador). É ele que conduz o processo de apropriação dos conceitos científicos através de um conjunto de ações e operações (motivo + finalidade + meio + relações do aprendido na vida).

### 6.2.1. Metodologia

Os trabalhos serão constantes através de paródias, músicas produzidas com os textos estudados, debates, leituras, vídeo, palestra, interatividade em sala, estudos em grupos, visitas de estudos, pesquisas bibliográficas ou internet, entrevistas, seminários, dramatizações, gráfico, estudo de textos diferentes entre outras.

### 6.3. PRESSUPOSTOS PEDAGÓGICOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL (09 ANOS)

As ações pedagógicas no Ensino Fundamental estão pautadas na Resolução CNE/CEB nº 07/2010, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos (BRASIL, 2010b).

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 07/2010, o Ensino Fundamental representa o direito à educação, entendido como bem inalienável para a formação do Ser Humano, tendo como norteadores das ações pedagógicas princípios éticos, políticos e estéticos. (BRASIL, 2010b).

Ainda de acordo com os princípios citados e, em conformidade com os Artigos 22 e 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96, são objetivos dessa etapa de escolarização:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das artes, da tecnologia e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 2010).

No que diz respeito à dimensão do conhecimento, a proposta pedagógica deve considerar a educação como:

a) integral, porque vê o ser humano como um todo, respeitando-o como sujeito histórico e relacional;

b) integradora, porque respeita, contextualiza e inter-relaciona diferentes saberes e conhecimentos;

c) integrada, porque está aberta para a diversidade e a multiplicidade.

Em conformidade com as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental de 9 anos (BRASIL, 2010b), a proposta pedagógica do Ensino Fundamental no Centro Educacional Click Soluções, considera essa etapa de educação como aquela capaz de assegurar a cada um e a todos o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura, imprescindíveis para o desenvolvimento pessoal e para a vida em sociedade.

O Centro Educacional Click Soluções se articulava com todos os segmentos da sociedade para buscar uma aprendizagem de qualidade, o bem-estar e o desenvolvimento do estudante em todas as suas dimensões.

#### 6.4. DEFINIÇÕES DE QUALIDADE DE APRENDIZAGENS

A escola tem sido abordada como espaço de realização tanto dos objetivos do sistema de ensino quanto dos objetivos de aprendizagem. Situa-se, assim, na confluência entre as políticas educacionais/diretrizes curriculares/formas organizativas do sistema e as ações pedagógico-didáticas na aula. Enquanto objeto de estudo, ela comporta análises sociopolíticas mais globais e, também, quanto a investigação de aspectos curriculares, pedagógicos e organizacionais. Esse modo de compreensão da questão suscita dois enfoques na investigação, a análise externa e a análise interna. A análise externa pretende captar a escola a partir de um olhar mais global, abordando aspectos sociais, econômicos, culturais, institucionais das políticas educacionais, das diretrizes curriculares, da legislação, das formas de gestão do sistema de ensino, portanto, uma análise de fora para dentro. A análise interna aborda os objetivos, os conteúdos, as metodologias, as ações organizativas e curriculares, a avaliação das aprendizagens, isto é, os processos internos da escolarização, sem desconsiderar os contextos sociais particulares e os mais amplos. Isso significa pensar a escola “por dentro”, analisando os elementos que a constituem, os processos de aprendizagem e de ensino e seus resultados.

A dissociação entre os dois tipos de análise induz percepções viesadas, em que as visões globalizantes (análise externa) podem tender a não captar as peculiaridades internas da escola e as visões da escola e da sala de aula (análise interna) tendem a desconhecer ou desconsiderar os determinantes sociais e culturais. Tomados isoladamente, ambos os tipos de análise têm limitados seu poder de induzir mudança. As análises críticas das políticas educacionais e do sistema de ensino perdem a força analítica se não tiverem como referência a escola e suas funções sociais e pedagógicas. Do mesmo modo, os

profissionais envolvidos no campo interno da escola podem ter reduzida a eficácia pedagógica e social do seu trabalho se não tiverem uma visão integrada e crítica dos determinantes sociais e culturais do sistema de ensino.

As políticas educacionais pressupõem políticas para a escola e estas devem basear-se em necessidades e demandas originadas nos contextos concretos de ensino e aprendizagem das escolas e das salas de aula. Chamamos de políticas para a escola a definição de objetivos sociais e culturais para a escola, as capacidades a formar, as competências cognitivas e habilidades, os formatos curriculares, as metodologias de ensino, as práticas de organização e gestão da escola, as condições profissionais que asseguram os objetivos e os melhores resultados de aprendizagem, os níveis esperados de desempenho escolar dos alunos . É na ponta do sistema de ensino, nas escolas, que se constrói e se avalia a qualidade da escolarização. Boa parte das desigualdades observadas no meio escolar e na vida após a escola são produzidas dentro da própria escola. Ou seja, não há políticas educacionais viáveis sem levar em conta necessidades a serem atendidas a partir das desigualdades de aproveitamento escolar encontradas dentro da própria escola.

A educação inclusiva tem sido entendida, com certa frequência, por muitos educadores, como o conjunto de ações e procedimentos voltados para a integração de alunos com necessidades especiais em escolas regulares. No entanto, não é este o sentido que tem sido convencionado na terminologia do campo educacional. Por essa razão, a discussão sobre a inclusão de pessoas com deficiência na escola deve ser iniciada pela definição de educação inclusiva já que a legislação define com clareza o que é a educação especial.

A educação inclusiva, na acepção dos especialistas, é aquela em que todas as pessoas têm o mesmo direito ao acesso às instituições de ensino, portanto, à apropriação da ciência e da cultura, ao desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, à formação da cidadania, do senso estético, da formação moral, independentemente de suas diferenças. Trata-se, antes de tudo, do direito universal de todos de serem colocados em condições de compartilhar de uma escolarização que capacite para a vida profissional, social, cultural, política, implicando uma alta qualidade cognitiva e operativa das aprendizagens, considerando diferenças de origem social, cultural, de raça, sexo, religião, diferenças físicas, psicológicas. Nesse sentido, a educação inclusiva abrange a educação especial embora não possa ser confundida com ela.

A recusa a todas as formas de exclusão, mediante a inclusão escolar, impõe, portanto, aos sistemas de ensino a responsabilidade de enfrentar e atender aos desafios da igualdade e da diversidade em relação a todas as pessoas portadoras de necessidades especiais, que têm o direito de estar inseridos na sociedade, de receber todos os cuidados sociais, médicos, psicológicos de que necessitem, de terem uma vida digna e satisfatória. São garantias pelas quais essas pessoas podem ter assegurado o direito de serem reconhecidas em suas diferenças, em suas limitações e de usufruir de ações eficazes que lhes possibilitem inserir-se na sociedade. Não obstante, é preciso reconhecer que uma



pessoa com deficiência que frequenta a escola é um "aluno especial", cujo atendimento requer condições específicas, preparo de professores, atendimento especializado, conforme as limitações físicas, sensoriais ou mentais de que é portadora. Ou seja, a educação inclusiva inclui o atendimento aos alunos em situações educativas especiais, entretanto, não necessariamente nos mesmos espaços físicos. Há, assim, sérias implicações para a gestão das escolas o entendimento da educação inclusiva como apenas a integração de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares. Uma compreensão mais ampliada desse conceito leva a buscar outras formas de atendimento dos alunos especiais. Com efeito, as escolas têm uma tarefa muito clara que é a transmissão e a construção da cultura, da ciência, da arte, preparar os alunos para o trabalho, para a cidadania, para a vida cultural, para a vida moral, etc. Nesse sentido, a educação escolar consiste em promover mudanças qualitativas no desenvolvimento e na aprendizagem.

Aprender implica uma relação com o saber, atingindo o melhor nível possível de desenvolvimento das capacidades de pensar, raciocinar, resolver problemas, o que requer determinados requisitos. Os especialistas no campo da aprendizagem sabem, todavia, que há crianças e jovens com comprometimentos físicos, neurológicos, mentais, que apresentam reais carências desses requisitos de aprendizagem, que se constituem em peculiares diferenças individuais no processo de aprender. Não que não devam ou não possam aprender, mas que é diferente o potencial cognitivo que apresentam para compartilhar de aprendizagens escolares comuns. Exigir níveis de chegada iguais para diferentes pontos de partida e sob as mesmas condições é fator de exclusão. Em razão disso, a melhor política de inclusão para as crianças e jovens com necessidades especiais, nas condições atuais do ensino regular, ainda é oferecer-lhes cuidados especiais, atendimento especial com educadores qualificados para as várias necessidades a atender, com possibilidade de atendimento individualizado ou em turmas pequenas, sob responsabilidade do poder público em instituições especializadas. É claro que alunos com certos tipos de deficiências como a auditiva e a visual podem frequentar escolas regulares, talvez isso seja desejável se favorecer suas aprendizagens, mas algumas escolas devem ser selecionadas para isso em função da necessidade de número menor de alunos na sala, de formação específica para a professora, etc. Seja como for, não é justo que políticas globais de atendimento às diferenças resolvam jogar para as escolas e professores responsabilidades que são da sociedade como um todo. Então, não se poderia decretar uma educação inclusiva generalizada em que não se distinguem tipos de diversidades ou desigualdades e não se pergunte se a escola e os professores do ensino regular dão conta de fazer isso com a competência necessária.

## **7. FUNDAMENTOS DE UMA GESTÃO SINÉRGICA E PARTICIPATIVA**

O Centro Educacional Click Soluções adotará os princípios da gestão democrática estabelecidos na Constituição Federal, LDB e nos Plano Nacional e Estadual de Educação, pois acredita que somente com a participação de toda comunidade escolar nas decisões da escola pode-se chegar à verdadeira autonomia pedagógica, financeira e administrativa, e à

elevação da qualidade de ensino. Por isso, promoverá a criação e manutenção de órgãos colegiados de participação como os Conselhos Escolares.

A Constituição Federal/1988, no artigo 206, estabeleceu a gestão democrática como princípio fundamental da Educação regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação que determinam sua consonância com as peculiaridades dos sistemas de ensino, a garantia da participação dos profissionais na elaboração da proposta pedagógica da escola, além da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes. Mas este princípio precisa ser construído coletivamente na realidade das escolas públicas.

Na gestão democrática todas as atividades técnico-administrativas e as demais atividades estão submetidas às finalidades da educação. A realização do caráter pedagógico das atividades de gestão escolar exige partilhamento do poder e co-responsabilidade pelos resultados. Este tipo de gestão compreende a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios da escola, para os quais é necessária a criação de mecanismos democráticos que efetivem esta prática e que possibilite aos seus agentes a utilização de mecanismos de construção e de conquista da qualidade social na educação.

Nesse sentido, constata-se a importância da gestão democrática na escola para a consolidação dos órgãos colegiados e a construção do projeto político pedagógico, criando-se condições para uma relação mais assertiva entre escola e comunidade. O planejamento participativo e a criação de colegiados (Conselhos Escolares) trazem a possibilidade de melhoria da qualidade do ensino, pois cria condições de um currículo baseado na realidade local e de um maior comprometimento de todos os agentes envolvidos na escola.

Nesta proposta de gestão democrática há uma redefinição do papel do gestor agora como articulador, mediador entre o projeto coletivo da escola e a comunidade. Em última instância cabe ao gestor garantir e incentivar a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade nas decisões e projetos da escola. Sem participação efetiva da comunidade e descentralização do poder não há gestão democrática. O papel do gestor neste processo é de articulação entre todos os membros da comunidade escolar no sentido de construir a gestão democrática.

Assim, compete ao diretor, dentre outros, o papel de articulador e incentivador da participação e de ações colegiadas na escola. Nesta ótica, constitui-se um passo fundamental a criação de órgãos colegiados, que venha possibilitar o processo de discussão com professores, funcionários, alunos e pais de alunos e a tomada de decisão em conjunto acerca de problemáticas em que a escola esteja envolvida, apontando para a solução das mesmas.

A gestão democrática é um processo de construção coletiva, não está pronto e acabado. Há ainda muitas barreiras a serem superadas e novos desafios a serem alcançados na construção do processo democrático nas escolas.

O projeto político-pedagógico é um instrumento que contribui e garante a efetivação da gestão democrática, conferindo autonomia às escolas públicas. Permite que as unidades educacionais definam a sua organização em todas as dimensões da vida escolar, estabelecendo uma identidade própria. O projeto político-pedagógico deve se constituir na referência norteadora, em todos os âmbitos da ação educativa da escola.

A palavra projeto nos traz a ideia de futuro, de vir-a-ser, partindo de uma realidade dada e traçando caminhos para uma realidade melhor. Neste sentido podemos dizer que Projeto Político-Pedagógico pode ser entendido como instrumento teórico-metodológico que a escola constrói coletivamente, com a finalidade de apontar a direção e o caminho que vai seguir para melhor cumprir sua função educativa: qualidade social da educação. É o documento que dá identidade da escola de acordo com sua realidade local.

Trata-se de um documento elaborado e reelaborado pela escola, que respeita os sistemas de ensino pelo qual é legislado, e que tem a possibilidade de atender aos anseios da comunidade em que está inserida, com o propósito de oferecer uma educação de qualidade.

Devido à relevância atribuída ao projeto, faz-se necessária a construção coletiva em espaços de participação que reúna os diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade onde possam exercer a prática democrática, cientes que a educação é um direito.

Assegurar a efetiva aplicação da proposta no cotidiano escolar implica em fazer com que as pessoas envolvidas façam parte da construção, implementação, acompanhamento e avaliação do projeto, num amplo processo de discussão para tomada de decisões e co-responsabilidade nos compromissos firmados pela coletividade.

Todo PPP deve ter um caráter político e pedagógico, pois exige tomada de decisão visando sempre os fins da educação. Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. Compreender esta dimensão é importante para que este documento fundamental não seja cheio de boas intenções, mas vazio de ações concretas.

A construção coletiva do projeto pedagógico da escola deve sempre articular a realidade da escola, tomando-a como referência, e o contexto social mais amplo. Isto é, para o sucesso, a escola deve partir de seu diagnóstico e traçar seus objetivos levando em consideração suas deficiências e a realidade local. Nesta perspectiva o PPP deve possuir as seguintes características: defesa da democracia na escola; ser inclusiva de acordo com a diversidade dos alunos; assegurar a participação coletiva e a integração dos diversos setores da comunidade escolar; busca da autonomia escolar; e a prioridade é a qualidade da educação.

## 8. AVALIAÇÃO, CRITÉRIOS DE ACESSO, TERMINALIDADE DE ESTUDOS E TRANSFERÊNCIA DO ESTUDANTE

### 8.1. AVALIAÇÃO

O Centro Educacional Click Soluções cumprirá as normas estabelecidas na RESOLUÇÃO Nº 183, de 19 de novembro de 2013 do Conselho Estadual da Educação de Santa Catarina que Estabelece diretrizes operacionais para a avaliação do processo ensino-aprendizagem nos estabelecimentos de ensino de Educação Básica e Profissional Técnica de Nível Médio, integrantes do Sistema Estadual de Educação.

O termo avaliar tem sido associado a fazer prova, fazer exame, atribuir notas, repetir ou passar de ano. Nela a educação é imaginada como simples transmissão e memorização de informações prontas e o educando é visto como um ser paciente e receptivo. Em uma concepção pedagógica mais moderna, a educação é concebida como experiência de vivências múltiplas, agregando o desenvolvimento total do educando. Nessa abordagem o educando é um ser ativo e dinâmico, que participa da construção de seu próprio conhecimento. Nesse ponto de vista, a avaliação admite um significado orientador e cooperativo.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem, é realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática na escola, com o objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular . A avaliação não deve priorizar apenas o resultado ou o processo, mas deve como prática de investigação, interrogar a relação ensino aprendizagem e buscar identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades de uma forma dialógica. O erro, passa a ser considerado como pista que indica como o educando está relacionando os conhecimentos que já possui com os novos conhecimentos que vão sendo adquiridos, admitindo uma melhor compreensão dos conhecimentos solidificados, interação necessária em um processo de construção e de reconstrução. O erro, neste caso deixa de representar a ausência de conhecimento adequado. Toda resposta ao processo de aprendizagem, seja certa ou errada, é um ponto de chegada, por mostrar os conhecimentos que já foram construídos e absorvidos, e um novo ponto de partida, para um recomeço possibilitando novas tomadas de decisões.

A avaliação, dessa forma, tem uma função prognóstica, que avalia os conhecimentos prévios dos alunos, considerada a avaliação de entrada, avaliação de input; uma função diagnóstica, do dia-a-dia, a fim de verificar quem absorveu todos os conhecimentos e adquiriu as habilidades previstas nos objetivos estabelecidos. Para José Eustáquio Romão , existe também uma função classificatória, avaliação final, que funciona como verificação do nível alcançado pelos alunos, avaliação de output. Através da função diagnóstica podemos verificar quais as reais causas que impedem a aprendizagem do aluno. O exemplo classificatório de avaliação oficializa a visão de sociedade excludente adotada pela escola.

A Lei 9.394/96, a LDB, ou Lei Darcy Ribeiro, não prioriza o sistema rigoroso e opressivo de notas parciais e médias finais no processo de avaliação escolar. Para a LDB, ninguém aprende para ser avaliado. Prioriza mais a educação em valores, aprendemos para termos novas atitudes e valores. A educação em valores é uma realidade da Lei 9394/96. A LDB, ao se referir à verificação do conhecimento escolar, determina que sejam observados os critérios de avaliação contínua e cumulativa da atuação do educando, com prioridade dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais (Art. 24, V-a). Devemos nos conscientizar que aspectos não são notas, mas sim, registros de acompanhamento do caminhar acadêmico do aluno. O educando, sendo bem orientado, saberá dizer quais são seus pontos fortes, o que construiu na sua aprendizagem o que ainda precisa construir e precisa melhorar.

Assim desenvolve a noção de responsabilidade e uma atitude crítica. Para isso é necessário criar oportunidades para que pratique a auto-avaliação, começando pela apreciação de si mesmo, de seus erros e acertos, assumindo a responsabilidade por seus atos. Daí, a necessidade de uma educação dialógica, abalizada na troca de idéias e opiniões, de uma conversa colaborativa em que não se conjectura o insucesso do aluno. Quando o educando sofre com o insucesso, também fracassa o professor. A escola deve riscar do dicionário a palavra FRACASSO. A intenção não é o aluno tirar nota e sim "aprender", já que ainda existe nota, que ela possa ser utilizada realmente como um identificador para o professor da necessidade de retomar a sua prática pedagógica. A avaliação quando dialógica culmina na interação e no sucesso da aprendizagem pois o diálogo é fundamental, e o professor através dela se comunica de maneira adequada, satisfatória e prazerosa com o aluno.

Rever o ponto de vista de avaliação é rever certamente as concepções de ensino aprendizagem, de educação e de escola, apoiado em princípios e valores comprometidos com a instituição de aluno cidadão. Quando isso for colocado em prática à avaliação será vista como função diagnóstica, dialógica e transformadora da realidade escolar.

#### 8.1.1. São objetivos da avaliação

- I - acompanhar e verificar o desempenho e a aprendizagem dos conhecimentos;
- II - verificar se o aluno transfere conhecimento na resolução de situações novas;
- III - avaliar se o aluno está se apropriando dos conhecimentos e se estes estão sendo significativos e contínuos;
- IV - detectar, analisar e retomar a defasagem no aprendido;
- V - repensar novas estratégias de trabalho em classe.

### 8.1.2. Instrumentos de avaliação

São Instrumentos de avaliação todos os trabalhos realizados pelo aluno, tais como provas, trabalhos de pesquisa, listas de exercícios (individuais ou em grupo) etc:

I - Os instrumentos deverão avaliar o aluno passo a passo, de forma continuada;

II - São igualmente importantes a auto avaliação e a avaliação formativa;

III - Toda proposta deverá levar em conta a construção do conhecimento por parte do aluno.

IV - Os instrumentos deverão avaliar o raciocínio e a criatividade do aluno.

### 8.1.3. Avaliação e os critérios de acesso e promoção

Do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental as sínteses bimestrais dos resultados da avaliação do aproveitamento serão expressas em notas, na escala de 0,0(zero) a 10,0(dez), graduadas de 5 (cinco) em 5 (cinco) décimos.

Do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental as sínteses bimestrais dos resultados da avaliação do aproveitamento serão expressas em nota única, resultante da média aritmética das notas atribuídas no correspondente período letivo.

Do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental ao término do ano letivo, serão extraídos a média final do aluno em cada componente curricular, que será o resultado da média aritmética simples das quatro notas bimestrais.

A verificação do rendimento escolar decorrerá da avaliação do aproveitamento e apuração da assiduidade.

Será considerado promovido para a série subsequente o aluno que obtiver, ao final do ano, em cada componente curricular, média igual ou superior a 7,0 (sete inteiros) e apresentar 75% (setenta e cinco por cento) de frequência em relação ao total de horas letivas.

O aluno com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média inferior a 7,0 (sete inteiros) poderá ser promovido, se submetido aos procedimentos de recuperação previstos no presente Regimento Escolar.

Será igualmente promovido o aluno com excesso de faltas, se o Conselho de Ano considerar que essa circunstância não comprometeu a possibilidade de seu prosseguimento na escolaridade.

#### 8.1.4. Frequência

É obrigatória a frequência às aulas previstas no calendário escolar anual, com o mínimo de assiduidade correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do total de aulas dadas.

As presenças e ausências dos alunos às atividades escolares serão registradas pelos professores em seu ambiente de trabalho (AVA).

É vedado o abono de falta às atividades escolares, salvo nos casos expressos na legislação vigente.

Os dados relativos à apuração de assiduidade deverão ser comunicados ao aluno e ao pai ou responsável, após cada síntese de avaliação.

#### 8.1.5. Recuperação

O aluno de aproveitamento insuficiente será submetido a estudos de recuperação.

Os estudos de recuperação serão realizados regularmente, paralelamente aos períodos letivos, através de atividades escolares suplementares, orientadas pelo professor da classe, com programação estabelecida pela coordenação pedagógica.

Os períodos de recuperação precederão os momentos das avaliações bimestrais e finais e seus resultados, feitos no decorrer do ano letivo, integrarão a avaliação do bimestre em curso.

Os alunos com baixo rendimento escolar serão submetidos, durante todo o período letivo, a atividades especificamente programadas para estudos de recuperação contínua e paralela, antes do fechamento da avaliação do bimestre em curso.

#### 8.1.6. Transferência

As transferências serão efetuadas e admitidas de acordo com a legislação em vigor e aceitas em qualquer época do ano, na dependência de existência de vagas.

Os alunos recebidos por transferência estarão sujeitos ao processo de classificação, nos termos previstos no Regimento Escolar.

#### 8.1.7. Retenção

Serão considerados retidos:

I - os alunos que não apresentarem assiduidade de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas dadas e total de dias letivos previstos pela legislação educacional vigente, independentemente do rendimento escolar;

II – os alunos que apesar de submetidos às atividades de recuperação apresentarem rendimento escolar inferior à média 7,0 (sete inteiros) em cada componente curricular, independentemente da assiduidade mínima exigida pela legislação educacional vigente.

#### 8.1.8. Frequência e compensação de ausências

É obrigatória a frequência às aulas previstas no calendário escolar anual, com o mínimo de assiduidade correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do total de aulas dadas.

As presenças e ausências dos alunos às atividades escolares serão registradas pelos professores em seu ambiente de trabalho (AVA/CLICK).

É vedado o abono de falta às atividades escolares, salvo nos casos expressos na legislação.

Os dados relativos à apuração de assiduidade deverão ser comunicados ao aluno e ao pai ou responsável, após cada síntese de avaliação.

O aluno poderá cumprir, no decorrer do ano, atividades para suprir as defasagens de aprendizagem decorrentes do excesso de faltas, sendo efetuadas mediante o comparecimento do aluno em horários que não o de seu período escolar regular, sob a supervisão do professor de classe.

Terá direito a exercícios domiciliares para atendimento à finalidade de compensação de ausências, o aluno amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044/69.

### **9. PROGRAMAS DE ACOMPANHAMENTO DE ACESSO, DE PERMANÊNCIA E RETENÇÃO ESCOLAR**

Um levantamento feito pelo movimento Todos Pela Educação com base na Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (Pnad) de 2013 indica que 45,7% dos jovens brasileiros não conseguem concluir o ensino médio até os 19 anos – 2 anos depois de idade adequada.

No começo eram faltas esporádicas. Depois, passaram a ser semanais. A professora foi se acostumando ao silêncio quando chamava o nome do aluno. Até que um dia ele não apareceu mais, a ponto de ser riscado da lista de chamada. Infelizmente, essa cena é comum nas escolas brasileiras.



Modificar esse quadro não é tarefa fácil. Variáveis como situação social e dinâmica familiar estão envolvidas, entre outros elementos que vão além dos muros da escola, mas há posturas que podem ser adotadas e que podem melhorar gradativamente a situação.

A evasão tem vários motivos, ligados a contextos diversos. Um olhar mais aprofundado revela que a maior causa do abandono escolar, provavelmente, não é a que você pensou. Por décadas repetiu-se o discurso de que o aluno abandonava o ensino médio para trabalhar. Mas uma pesquisa de 2009 da Fundação Getúlio Vargas mostrou, com base nos dados da Pnad de 2006, que 40,3% dos jovens de 15 a 17 anos tinham abandonado os estudos por falta de interesse.

Essa falta de interesse está na raiz do diagnóstico de muitos educadores de que é preciso mudar o currículo do ensino médio. Falta de foco, com excesso de conteúdo, e ausência de contextualização estão entre as críticas mais frequentes. Mas existe também um problema conceitual. Um exemplo disso são as aulas sem participação dos alunos, que se limitam a ouvir palestras dos professores e, quando muito, anotam o que foi escrito na lousa.

Na tarefa de engajar o aluno a dobradinha tecnologia e educação pode ter um papel importante, aproximando o conteúdo do universo digital dos estudantes e liberando o professor para dar uma atenção mais individualizada aos estudantes. O ensino híbrido, tendência que intercala formas de aprendizado online e offline, já vem apresentando bons resultados neste sentido: Na rede Miami Date, que passou a adotar esta tendência, o índice de conclusão do ensino médio cresceu em 26%.

A inserção da tecnologia na educação não se limita a deixar o conteúdo mais atrativo: Para combater a evasão é essencial que os educadores tenham atenção redobrada com os estudantes que estão com dificuldade nas disciplinas e aparentam desmotivação – um sintoma claro disso é deixar de realizar os deveres de casa ou de estudar para provas. Por outro lado, há situações em que crianças e adolescentes com bom potencial não se sentem desafiados e deixam de se interessar pelos estudos. Nos dois casos a tecnologia pode ajudar!

Antigamente seria impossível exigir isso dos professores, especialmente em classes grandes, com mais de 40 estudantes. Com a tecnologia, o aprendizado personalizado já é usado hoje em várias escolas brasileiras. Precisamos acompanhar o progresso dos alunos em tempo real, identificar os pontos fracos de cada estudante, desenvolve planos de estudo e recomenda conteúdo online para que ele trabalhe em cima de suas deficiências. Da mesma forma, avaliações externas, como um simulado online, permitem mapear deficiências e o professor pode sugerir trabalhos pedagógicos específicos para determinados alunos, como aulas de reforço.

Embora não tenha sido citada como a causa principal da evasão, a necessidade de trabalho e renda é um aspecto importante do abandono da escola. Foi mencionada por 27,1% dos jovens incluídos na pesquisa da FGV. Muitos adolescentes e jovens entram no

mercado de trabalho cedo demais e a vida escolar acaba sendo sacrificada. É preciso considerar também que quem permanece na escola muitas vezes concilia os estudos com o trabalho, o que afeta seu rendimento. Segundo a pesquisa da FGV, aos 18 anos 53% dos jovens frequentam as aulas e 54% trabalham. Aqui, de novo, a oferta de material online para o estudante ter acesso a conteúdo que perdeu ou deixou de assimilar por cansaço pode provocar efeitos positivos.

No levantamento da FGV, a dificuldade de acesso à escola foi mencionada por 10,9% dos jovens como causa do abandono das aulas. Esse fator é especialmente importante na zona rural e na periferia dos grandes centros urbanos e uma das questões mais sérias relacionadas à evasão, porque envolve um problema social que foge do aspecto pedagógico. Mesmo assim a escola não pode se omitir. Precisa ser parceira do aluno na busca por uma solução, agindo até mesmo como intermediária da transferência dele para um colégio mais próximo de casa.

O Centro Educacional Click Soluções estará discutindo periodicamente com toda a comunidade escolar formas atrativas de permitir constantemente o acesso e a permanência dos alunos no sistema de ensino, bem como, dando oportunidades previstas em leis de superação de dificuldades de aprendizagens e da retenção escolar.

## **10. PROGRAMA DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

O Centro Educacional Click Soluções estará admitindo para exercer atividades educacionais somente professores devidamente formados compatíveis com suas funções, priorizando a experiência e as especializações de cada profissional.

A formação continuada será obrigatória e marca constante do Centro Educacional Click Soluções por entender que é necessário que o docente esteja em constante processo de formação, buscando sempre se qualificar, pois com uma formação continuada ele poderá melhorar sua prática docente e seu conhecimento profissional, levando em consideração a sua trajetória pessoal, pois a trajetória profissional do educador só terá sentido se relacionada a sua vida pessoal, individual e na interação com o coletivo.

Ele deve formar-se com a capacidade de refletir sobre sua prática educacional, sobre sua docência, já que, é através do processo reflexo que irá se tornar um profissional capaz de construir sua identidade profissional docente. Dessa forma, ele será capaz de se adaptar as diversas e rápidas mudanças no campo educacional, enfrentando assim as dificuldades encontradas a realidade da sala de aula.

A prática e o ato de reflexão dessa prática exercida no espaço da sala de aula contribuem para o surgimento de uma re-significação do conceito de professor, de aluno, de aula e de aprendizagem. O professor deve assumir o papel de facilitador e mediador do

conhecimento, um participante ativo da aprendizagem dos alunos, proporcionando uma aprendizagem em que o aluno seja sujeito do processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, podemos perceber a importância do professor na sua própria formação e na formação dos educandos. Agindo como mediador, o docente está dando a oportunidade aos alunos a terem autonomia na construção do seu próprio conhecimento como forma de compreender a realidade social em que vivem.

É preciso que o professor tenha consciência do seu papel social para que possa ajudar o aluno a compreender a sociedade em que está inserido e a complexidade do conhecimento que se pretende adquirir, tendo como meta principal uma aprendizagem voltada para resolver os problemas que a vida nesta sociedade irá apresentá-lo, dando uma visão crítico-reflexiva das coisas que se apresentarão ao longo da vida. Com isso ele terá a possibilidade de compreender e interpretar os problemas que emergem no cotidiano.

Deve fazer do seu trabalho em sala um espaço de transformação não reproduz apenas, mas produzindo conhecimento através de uma reflexão crítica. Com isso, estará se beneficiando com os resultados obtidos para solucionar seus problemas e alcançar seus objetivos. A ideia do professor reflexivo proporciona uma ação educativa, cujo objetivo é romper com as visões simplistas de tratar o conhecimento, transformando-os e atos críticos. A prática educativa é percebida como um traço cultural compartilhado que estabelece uma relação com outros âmbitos da sociedade.

É através de um processo formativo capaz de mobilizar os saberes da teoria da educação que os docentes compreenderão e desenvolverão as competências e habilidades necessárias para a investigação da sua própria atividade.

## **11. CONCEPÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO**

O Centro Educacional Click Soluções conta com uma moderna sede, inaugurada em novembro de 2013, contendo 2.000 m<sup>2</sup> de área construída dividida em 4 (quatro) pavimentos, respeitando todas as normas de acessibilidade.

Nosso ambiente escolar está entre as mais modernas estruturas educacionais do estado de Santa Catarina, permitindo aos nossos alunos acesso a uma estrutura moderna, acessível e repleta de vantagens para sua vida educacional.

Dentro dessa área construída constam:

a) 10 (dez) Salas de aula – todas climatizadas e equipadas com 1 (um) computador, sistema de som, projetor multimídia e internet;

b) 4 (quatro) Laboratórios de Informática – sendo 2 (dois) com 20 (vinte computadores), 1 (um) com 14 (quatorze) computadores e 1 (um) com 10 (dez) computadores;

c) 1 (um) Laboratório para Ciências Biológicas;

d) 1 (uma) Biblioteca com acervo de mais de 2.500 (dois mil e quinhentos) livros;

e) 1 (uma) brinquedoteca com vários brinquedos para atividades lúdicas e culturais;

f) 1 (uma) Sala dos Professores;

g) 1 (uma) Secretaria;

h) 1 (uma) Cantina;

i) 1 (uma) Quadra poliesportiva para prática de esportes;

j) 1 (uma) ampla área coberta de convivência com 220 m<sup>2</sup>;

k) Cobertura por sinal de internet sem fio “WIFI” para acesso de nossos alunos em todas as dependências;

l) Banheiros Masculinos e femininos e para portadores de deficiência em todos os andares, inclusive nas dependências de áreas de lazer no primeiro pavimento, totalizando 08 banheiros ao todo;

m) Mapas e ilustrações diversas nas áreas de: Ciências Sociais (história e geografia) e ciências exatas (matemática e ciências).

n) Jogos educativos diversos.

o) Sessenta computadores a disposição dos alunos;

q) Elevador e rampas de acessibilidade.

## **12. PROPOSTA CURRICULAR/PRESSUPOSTOS PEDAGÓGICOS E METODOLOGIA**

### **12.1. PROPOSTA CURRICULAR - FILOSOFIA, OBJETIVOS E METODOLOGIA**

O Centro Educacional Click Soluções acredita na ideologia da Proposta Curricular de Santa Catarina, buscando uma escola nova e ideal, quebrando paradigmas e implantando uma nova visão do sistema de ensino.

Dentro dos propósitos da Filosofia da nossa Escola: O ensino oferecido no Centro Educacional Click Soluções, em parceria com a comunidade escolar, visa o pleno

desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho.

Temos como Objetivo Geral: Oportunizar ao aluno condições de se apropriar dos conhecimentos científicos, através das interações sociais, para que este possa agir, de forma consciente, na realidade em que vive.

Nossos Pressupostos filosóficos estará baseado no Materialismo Histórico-Dialético.

Metodologia: de acordo com a Proposta Curricular de Santa Catarina. Baseia-se na visão de fundamentar a ação pedagógica numa perspectiva histórico-social, na qual o papel da escola, do professor, do aluno e do conhecimento esteja a serviço da cidadania crítica. Em resumo, adotamos o sociointeracionismo concretizado pela Teoria da Atividade (Atividades de Aprendizagem).

Segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina pelo processo de comunicação as pessoas interagem, mas não perdem sua capacidade subjetiva de aprender, gerando conhecimentos.

O conhecimento se dá nas pessoas, e ninguém pode aprender pelo outro, mas é possível criar condições de interação e comunicação que favoreçam a geração subjetiva do conhecimento. Se as comunicações ampliam a possibilidade de interagir, aumentam, por conseguinte, a possibilidade de aprender com prazer, já que o aprender proporciona a alegria de perceber o significado pessoal das informações que lhe transmitem os outros. Por isso, os avançados sistemas de ensino-aprendizagem intensificam a prática do interacionismo subjetivista e social. Subjetivista, porque mesmo o conhecimento coletivo se dá a partir do aprendizado individual; e social, porque o processo de comunicação que favorece o novo conhecimento pressupõe, no mínimo, a interação de duas pessoas, e se enriquece exponencialmente pela interação de um número maior de atores.

As novas tecnologias segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina têm transformado todas as organizações contemporâneas, inclusive a Escola. Por isso, torna-se necessário construir uma Escola diferente, gerida de forma diferente e com um outro processo de ensino-aprendizagem. O diferencial é sair do modelo autocrático, pautado pela relação autoritária de comando e obediência, na qual um manda e o outro obedece, um ensina e o outro aprende, para um processo democrático de educação em que as pessoas interagem e se comprometem de forma coletiva com os objetivos educacionais e com a direção de futuro desejada. É esta a Escola aberta e integrada. Aberta, porque rompe os limites da sala de aula e dos muros da escola e se abre para enriquecer o processo de interação dos professores e alunos com as famílias, a comunidade e com os demais agentes sociais, em atividades de aprendizagem que incluem, por exemplo, o lazer, a cultura, a arte nas suas diversas expressões (dança, música, teatro), o esporte, os passeios ecológicos, a refeição em comum e as atividades cívicas. Os conteúdos curriculares são enriquecidos nesse processo, em que todos contribuem para convergir informações e compartilhá-las. Daí

a Escola integrada: além do tempo integral de convívio com as práticas tradicionais, integre-se na direção de novos conteúdos, de novas vivências e de novas relações com a comunidade. (Proposta Curricular de Santa Catarina/2005)

A metodologia da escola está de acordo com a Proposta Curricular de Santa Catarina. Baseia-se na visão de fundamentar a ação pedagógica numa perspectiva histórico-social, na qual o papel da escola, do professor, do aluno e do conhecimento esteja a serviço da cidadania crítica. Em resumo, adotamos o sociointeracionismo concretizado pela Teoria da Atividade (Atividades de Aprendizagem).

A Proposta Curricular de Santa Catarina tem como objetivo fundamentar a ação pedagógica numa perspectiva histórica-social, na qual o papel da escola, do professor e do conhecimento, estejam a serviço da cidadania crítica. É o resultado do trabalho coletivo de educadores de todo o Estado, que começou em 1988 e foi sistematizado em 1991.

A proposta é baseada em uma filosofia que opta por determinado conceito de pessoa humana e de sociedade; e como concepção de aprendizagem a maneira de compreender e provocar a relação da pessoa com o conhecimento. O pressuposto filosófico da Proposta Curricular é de que o conhecimento das ciências, das artes e das línguas deve ser socializado, numa perspectiva de universalidade.

A concepção de aprendizagem que dá suporte teórico a este trabalho e o sociointeracionismo. Esta concepção baseada nos trabalhos de Lev Semionovich Vigotski (1896 – 11934), sustenta a aprendizagem deve ser entendida na sua relação com o desenvolvimento humano.

A criança e o conhecimento se relacionam através da interação social, isto é, da atividade conjunta mediada. A construção do conhecimento é um ato coletivo. O conhecimento não existe sozinho, está sempre impregnado em algo humano (pessoa, livro, aparelho, meio sociocultural) reflete as formas de produção e as relações de uma determinada sociedade. O papel do professor é fazer a mediação entre a herança sócio-histórica da espécie humana e os alunos.

Na concepção Vigotskiana de aprendizagem e desenvolvimento faz-se necessário articular a mente com o mundo, recuperando o sentido e não apenas o significado dos conceitos. O papel central da atividade educativa é compreender o desenvolvimento da consciência em sociedade.

Em sociedade, o homem possui vínculos relacionados a instituições sociais as quais estabelecem normas e princípios que marcam a realidade sócia, ou seja, na qual estamos imersos e por ela marcados.

Esta realidade leva-nos a tomar como orientação nesta proposta os seguintes princípios metodológicos:

- Levar em consideração no trabalho escolar o conhecimento do aluno (conhecimento do senso comum que o aluno possui sobre determinado assunto), relativos ao tema focalizados, com o conhecimento científico, a ser trabalhado de forma a possibilitar a reelaboração pelo aluno do seu conhecimento inicial, o qual possibilitará novo conhecimento. No senso comum os fatos sociais são neutralizados, ou seja, perde-se de vista a compreensão de que são produtos da construção coletiva do homem. Compreender isso nos possibilita a interferir na vida social com mais propriedade, para alcançar as metas pretendidas e tentar organizar uma vida mais justa.

- Criar situações de ensino que possibilitem a exposição (de sujeitos da educação, professores e alunos ) a diferentes pontos de vista: tal princípio ajuda a ver com mais clareza concepções de sociedade (conservadora e inovadora) que estão embutidas nas diferentes visões presentes na sala de aula sobre o tema trabalhado.

- Considerar as potencialidades dos alunos e a importância da concretização dos conceitos teóricos (identificação dos conceitos em situações reais concretas) para que se possa avançar o conhecimento inicial do aluno a ser permeado pelo conhecimento científico trabalhado no curso.

- Criar condições de participação nas tomadas de “decisões de ensino” (seleção de conteúdos, escolha de procedimentos de ensino e de procedimentos de avaliação).

O Ensino Aprendizagem deve ter como pressuposto o professor como mediador das interações práticas-teóricas-práticas; considerar a sua prática como “um” dos espaços de construção do conhecimento, e não o único. Resgatar o papel do contexto sócio-mediações que vençam os obstáculos presentes na apropriação e reconstrução do conhecimento.

Compreender a realidade exige uma abordagem interdisciplinar, pois ela se forma a partir da articulação dialética dos diferentes conhecimentos produzidos pelas diferentes ciências.

As ciências sociais e naturais, a matemática e a arte possibilitam trabalhar com os diferentes aspectos da realidade concreta, vinculando-a ao universo da criança. Articular a ciência com a cultura, a arte, as línguas e a filosofia é construir uma prática interdisciplinar, onde o trabalho coletivo é um imperativo metodológico.

O trabalho interdisciplinar determina a inserção crítica da criança em sua própria realidade e cria condições objetivas para a realização de um novo espaço de apropriação do conhecimento não mais de forma fragmentada, e sim na sua totalidade.

### 12.1.1 Proposta Grade Curricular

Proposta de Grade Curricular do Ensino de 1º. Ao 9º. Ano do Ensino Fundamental.

DISCIPLINAS AULAS SEMANAIS	ANOS INICIAIS					ANOS FINAIS			
	1º.	2º.	3º.	4º.	5º.	6º.	7º.	8º.	9º.
<b>BASE COMUM</b>									
Líng. Portuguesa	x	x	x	x	x	4	4	4	4
Matemática	x	x	x	x	x	4	4	4	4
Ciências	x	x	x	x	x	3	3	3	3
História	x	x	x	x	x	3	3	3	3
Geografia	x	x	x	x	x	3	3	3	3
Ed. Física	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Arte	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Ensino Religioso	x	x	x	x	x	1	1	1	1
<b>PARTE DIVERSIFICADA</b>									
Língua Estrangeira Inglês	x	x	x	x	x	3	3	3	3
<b>TOTAL SEMANAL</b>	20	20	20	20	20	26	26	26	26

Número Mínimo de dias de efetivo trabalho escolar: 200 dias

Número Mínimo de Semanas letivas: 40

Número de dias semanais de efetivo trabalho: 05

Duração hora/aula: 48 minutos – 4 horas diárias (Exceto 01 dia por semana com 06 aulas – Quando será oferecido a Aula de Ensino Religioso\*)

Carga Horária anual para os alunos: 800 horas

Recreio de 15 minutos monitorado e coordenado pela equipe pedagógica e professores.

\*A escola organizará o horário para a oferta do Ensino Religioso, conforme, Lei nº 9.475/97, garantindo, a matrícula facultativa aos alunos e, Decreto nº 3.882/05.

O Centro Educacional Click Soluções passa a oferecer o ensino de nove anos de forma gradativa para os alunos matriculados no 1º ano, a partir de 2017.

Conforme a Legislação toda criança que completar 06 anos até 31 de março de cada ano letivo, deverá ser matriculada na 1º ano e concluirá o ensino fundamental em nove anos.



### 12.1.2 Fundamentos para o ensino do 1º ao 5º ano:

Os fundamentos teóricos para o ensino nos anos iniciais encontram-se na Proposta Curricular de Santa Catarina (Volumes: Disciplinas Curriculares/Formação Docente para Educação Infantil e Séries Iniciais/Temas Multidisciplinares/Eixos Temáticos) e no texto Orientação Curricular com Foco no que Ensinar: Conceitos e conteúdos para a Educação Básica (DIEB/SC 2011), devendo o professor fazer o estudo desses documentos antes de realizar seu planejamento e consequente prática pedagógica.

As orientações para o trabalho pedagógico são:

- a) Alfabetização com Letramento na diversidade dos Gêneros Discursivos.
- b) Gêneros Textuais.
- c) Sala de aula como ambiente Alfabetizador.
- d) Planejamento com foco no diagnóstico da turma.
- e) Avaliação cumulativa, processual e contínua.

### 12.1.3 Diretriz curricular para os anos iniciais do ensino fundamental:

Com o advento do Ensino Fundamental de 9 anos, muitas discussões foram produzidas, tanto no universo acadêmico, quanto na escola de educação básica. Há uma preocupação quanto ao que fazer, ao como ensinar.

Acredita-se que a questão é bem mais profunda do que os limites entre a educação infantil e o ensino fundamental, ou seja, o que compete a cada espaço escolar. O que mais preocupa, neste cenário, é a compreensão que educadores e gestores têm acerca do que seja alfabetização e letramento. Uma concepção teórica é o chão epistemológico no qual podem ser apresentadas propostas de diretrizes curriculares, não focando no que será ministrado em cada ano, mas nas capacidades e habilidades que deverão ser desenvolvidas levando em consideração as condições de cada sujeito ingressante na vida escolar. Assim, o ensino, nos primeiros anos, será compreendido como um processo no qual serão avaliadas as habilidades esperadas em cada etapa, possibilitando ao professor que, diante do diagnóstico, retome aspectos que ainda não foram construídos ou internalizados pelo aprendiz.

A linguagem é, ela própria, criadora de significados e produtora de sentidos e como tal deve ser estudada. Segundo Bakhtin (1990), ela é inseparável do fluxo da interação verbal e, portanto, não é transmitida como um produto acabado, mas como algo que se constitui continuamente nessa corrente. Na perspectiva de Bakhtin, professores e alunos necessariamente precisam comprometer-se com suas falas, seus dizeres, quer pela oralidade, quer pela escrita. Isto demanda seleção de conteúdos e atividades que tenham significado para o aluno, oportunizando momentos em que haja espaços para a oralidade e para a prática da escrita, mediados por intervenções pedagógicas que garantam avanços

qualitativos na apropriação dos diferentes conhecimentos científicos. (SANTA CATARINA, 2005, p. 22).

A opção por uma concepção de linguagem como interação aponta para outras escolhas, entre elas a de língua. Segundo Geraldi (1984, p. 43), “a língua só tem existência no jogo que se joga na sociedade, na interlocução, é no interior de seu funcionamento que se pode procurar estabelecer as regras de tal jogo.” Partindo desse pressuposto, a língua deixa de ser um sistema pronto e acabado que pode ser repartido em pequenos conteúdos e passa a ser um sistema em construção desde o nascimento do sujeito e sua inserção na sua comunidade linguística. A língua é, então, uma manifestação plural.

Diante dessa premissa, o ensino se centrará na reflexão acerca dos conhecimentos discursivo-textuais e linguísticos os quais serão observados em enunciados nas práticas cotidianas. Ora, se a língua é assim apreendida, há que se pensar a dinâmica do ensino e da aprendizagem em torno de que objeto? Os gêneros textuais serão, então, o objeto de ensino conforme orienta a PCSC (2005). Antes de apresentar uma sugestão quanto a que gêneros textuais explorar/trabalhar em cada ano, é necessário ainda discutir a concepção de alfabetização que norteará esta prática pedagógica. A inserção do aprendiz do sistema escrito no universo da escola deve levar em consideração que:

Para ler e escrever é necessário construir significados e produzir sentidos. Uma das possibilidades mais ricas para o processo da leitura e da escritura, portanto, é o apoio na experiência cultural do educando, entendendo-se cultura, no sentido mais profundo, o conjunto das várias práticas que constituem o dia-a-dia do ser humano, o lazer, o trabalho, os rituais, os gestos, as formas de expressão de emoções e de comunicação entre as pessoas. Inclui, também, os instrumentos culturais, os objetos diversos que constituem o contexto da vida diária em família. (SANTA CATARINA, 2005, p. 20)

No que concerne à aprendizagem do sistema alfabético, é importante salientar que há uma distinção entre a escrita alfabética, que acontece nos anos iniciais do aprendiz, e a escrita ortográfica, a qual pode acontecer simultaneamente ou a posteriori conforme o conhecimento prévio da criança em relação à escrita. Ou seja, os eventos de letramento dos quais a criança participa podem conduzir à reflexão tanto sobre as funções sociais da escrita como quanto à organização do sistema alfabético no caso de nossa realidade.

Portanto, ainda que haja especificidades acerca de alfabetização e letramento, há que se considerar que são processos que dialogam entre si, como argumenta a PCSC:

Os conceitos de alfabetização e letramento impõem ação pedagógica nessa perspectiva. Ou seja, a de que a alfabetização é elemento essencial do letramento que orienta o indivíduo para que se aproprie do código escrito, aprenda a ler e escrever e ao mesmo tempo conviva e participe de práticas reais de leitura e escrita. (SANTA CATARINA, 2005, p. 24).

#### 12.1.4 Conceitos e conteúdos para os anos finais

A seguir, apresentamos uma síntese das diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Fundamental, os Temas Transversais, a Diversidade e a Educação Especial.

Sugerimos que essas Diretrizes e a Proposta Curricular de Santa Catarina constituam-se como balizadoras para uma análise desta proposta preliminar de conceitos e conteúdos voltados à Educação Básica.

A Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, em seu artigo 13, diz que os conteúdos são constituídos por componentes curriculares “[...] que, por sua vez, se articulam com as áreas de conhecimento, a saber: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas”.

O artigo 15 desta Resolução apresenta os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental, assim organizados em relação às áreas de conhecimento:

I – Linguagens:

- a) Língua Portuguesa;
- b) Língua Materna, para populações indígenas;
- c) Língua Estrangeira Moderna;
- d) Arte; e
- e) Educação Física;

II – Matemática;

III – Ciências da Natureza;

IV – Ciências Humanas:

- a) História;
- b) Geografia;

V – Ensino Religioso.

#### 12.1.5 Diversidade

Em linhas gerais, além de um direito social, a educação tem sido entendida como um processo de desenvolvimento humano. Como expresso na Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica e nos Parâmetros Curriculares Nacionais/PCNs, a educação escolar corresponde a um espaço sociocultural e institucional responsável pelo trato pedagógico do conhecimento e da cultura. Nesse sentido, o currículo, as ações e as práticas pedagógicas devem ser pensadas a fim de contribuir na construção de abordagens educacionais dinâmicas,

transversais e inclusivas, facilitando/garantindo o acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem e de participação na vida escolar e na comunidade.

Refletindo o movimento mundial de desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, o Estado de Santa Catarina tem realizado esforços para aumentar o acesso de crianças, jovens e adultos à educação básica de qualidade. Apesar disso, persiste a desigualdade de oportunidades, tanto na distribuição como na qualidade da oferta educacional entre os diferentes estratos sociais, entre a zona rural e urbana e entre escolas públicas e privadas. Da mesma forma, continuam existindo grupos sociais excluídos educacionalmente, segregados ou recebendo educação de qualidade inferior, como acontece com frequência na educação de pessoas com deficiência, membros da população nativa, ciganos, comunidades indígenas, comunidades quilombolas, fazendo crescer as desigualdades educacionais envolvendo gênero, pessoas com sofrimento psíquico, entre outros.

#### 12.1.6. Educação especial

A Resolução Nº 07, de 14 de dezembro de 2010, que fixa as diretrizes nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos, em seu artigo 41 estabelece:

[...] o projeto político-pedagógico da escola e o regimento escolar, amparados na legislação vigente, deverão contemplar a melhoria das condições de acesso e de permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas classes comuns do ensino regular, intensificando o processo de inclusão nas escolas públicas e privadas e buscando a universalização do atendimento.

Os recursos de acessibilidade são aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência e mobilidade reduzida, por meio da utilização de materiais didáticos, dos espaços, mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e outros serviços.

A Política de Educação Especial (2006), regulamentada pela Resolução Nº 112/2006 do Conselho Estadual de Educação, que fixa normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, tendo como princípio reitor o compartilhamento de responsabilidades entre as secretarias setoriais de estado, instituiu os Programas de Educação Especial.

#### 12.1.7 Diversidade e temas transversais

Para apoiar o desenvolvimento e avanço de práticas de ensino inclusivas voltadas para a diversidade, os temas transversais e a diferença na sala de aula, a SED, por meio da Diretoria de Educação Básica e Profissional/DIEB, orienta, seguindo as prerrogativas legais,

a inclusão no currículo da Educação Básica as seguintes temáticas: Educação e Prevenção na Escola, Cidadania e Direitos Humanos, Educação Étnico-Racial-Cultural, Educação no Trânsito, Educação Ambiental, Segurança Alimentar Nutricional, Educação e Saúde, Educação Financeira.

#### 12.1.8 Fundamentação Legal

O Centro Educacional Click Soluções estará oferecendo matrículas para ensino fundamental baseados nos seguintes preceitos legais:

- Lei 9.394/96: [sinalizou para o ensino obrigatório de 09 anos de duração, a iniciar-se aos seis anos de idade, o que por sua vez, tornou-se meta da educação nacional pela Lei 10172/2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação].
- Lei 11.274/2006: [Altera os arts 6º, 30, 32 e 87 da Lei 9.394/96, com o objetivo de tornar obrigatório o início do Ensino Fundamental aos seis anos de idade e determina o Ensino de 09 anos].
- Portaria nº 22/SED, de 20/11/2006 [ Dispõe sobre a duração de nove anos para Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória aos seis anos de idade nas escolas da rede pública estadual de Santa Catarina. ]
- Decreto 4.804 [ Dispõe sobre a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos na rede pública estadual de ensino de SC ]
- Parecer CEE 317/06 [ Consulta quanto à autonomia da Mantenedora em relação ao ingresso das crianças de 6 anos na 1ª série na data de 1º março ]
- Parecer CEE 433/06 [ Ensino Fundamental de 9 anos com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade]
- Parecer CEE 427/06 [ Ensino Fundamental de 9 anos]
- Resolução CEE 110/06 [Dispõe sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade].

#### 12.2 ATIVIDADES EXTRACURRICULARES OU CONTRA TURNOS

O Centro Educacional Click Soluções terá um sistema semi-integral, onde estará oportunizando aos seus alunos 03 (três) períodos contra turnos com atividades de reforço pedagógicos e iniciação a profissionalização, com atividades de:

- a) Informática;
- b) Esportes e lazer,
- c) Cultura;
- d) Viagens de Estudos.

### 12.2.1 Informática pedagógica e profissionalizante

Considerando que a tecnologia modificou vários fatores na sociedade, inclusive a forma de nos comunicarmos, hoje temos um aluno com perfil diferente, com outras características. Dessa forma, a escola moderna precisa se adaptar a esse novo aluno e não o contrário.

A Click Soluções acredita que a informática e novas tecnologias devem estar inseridas na sala de aula com o intuito de satisfazer as curiosidades dessa nova geração de alunos, conhecidos como a geração Y.

Atento a tudo isso, a Click Soluções irá abordar a informática em sua metodologia abordando duas áreas:

- Informática Instrumental: o ensino de softwares específicos, manuseio do computador com o objetivo de qualificar nossos alunos para o mercado de trabalho através de cursos específicos em atividade de contra turno.
- Integração da Informática as Disciplinas: em conjunto com o professor regente, o profissional de informática irá desenvolver mecanismos e forma de inserir a informática no conteúdo proposto pelo professor regente, com o intuito de fomentar a curiosidade dos alunos e a vontade de aprender.

Abaixo passamos a relatar o que será abordado em cada etapa do ensino fundamental na informática instrumental:

<b>Ano</b>	<b>Atividades/Curso</b>
1º Ano	<u>Curso Informática Júnior I:</u> Jogos Educativos específicos para melhora da coordenação motora; Jogos Educativos específicos para melhora do raciocínio lógico; Jogos Educativos específicos para auxiliar o ensino da matemática; Jogos Educativos específicos para auxiliar na alfabetização; Editor de Texto; Software para Desenhos e pinturas; Pesquisas na internet.
2º Ano	<u>Curso Informática Júnior II:</u> Jogos Educativos específicos para melhora do raciocínio lógico; Jogos Educativos específicos para auxiliar no ensino da matemática; Jogos Educativos específicos para auxiliar na correta grafia das palavras; Editor de Texto; Apresentador de Slides; Software para Desenhos e pinturas; Pesquisas na internet.
3º Ano	<u>Curso Informática Júnior III:</u> Jogos Educativos específicos para melhora do raciocínio lógico;

Ano	Atividades/Curso
	<p>Jogos Educativos específicos para auxiliar no ensino da matemática;            Jogos Educativos específicos para auxiliar na correta grafia das palavras;            Sistema Operacional;            Maneira Correta de ligar e desligar o microcomputador;            Contato com o Ambiente de Trabalho;            Manusear mouse e teclado;            Ícones;            Criar pastas;            Abrir, redimensionar e mover Janelas;            Renomear, excluir e recuperar Pastas;            Editor de Texto;            Apresentador de Slides;            Software para Desenhos e pinturas;            Pesquisas na internet.</p>
4º Ano	<p><u>Curso Informática Básica:</u>            Introdução à Informática;            Conceitos Básicos de Informática;            Sistema Operacional;            Definições de redes e soluções para internet e correio eletrônico;            Editor de Texto;            Planilhas Eletrônicas;            Apresentação de Slides;            Jogos Educativos específicos para melhora do raciocínio lógico;            Jogos Educativos específicos para auxiliar no ensino da matemática;            Jogos Educativos específicos para auxiliar na correta grafia das palavras.</p>
5º Ano	<p><u>Curso Informática Intermediária:</u>            Editor de Texto;            Planilhas Eletrônicas;            Prezi (<i>Software de apresentação</i>);            Edição de Vídeos e Imagens;            Comunicação via internet;            Manutenção preventiva (<i>atualização do Sistema Operacional, softwares antivírus, desfragmentador de disco, limpeza de disco, ponto de restauração e backup</i>);            Jogos Educativos específicos para melhora do raciocínio lógico;            Jogos Educativos específicos para auxiliar no ensino da matemática;            Jogos Educativos específicos para auxiliar na correta grafia das palavras.</p>
6º Ano	<p><u>Curso Informática Avançada:</u>            Conceitos básicos;            Correio eletrônico;            Editor de texto;</p>

Ano	Atividades/Curso
	Apresentador de Slides; Planilhas Eletrônicas; Skype; Edição de Vídeos e Imagens; Armazenamento em nuvem; Manutenção preventiva e corretiva; Desmontagem e montagem de computadores; Formatação de computador; Instalação de drivers e softwares; Conexão remota.
7º Ano	<u>Curso Montagem e Manutenção de Computadores:</u> Introdução à informática; Conceitos básicos; Hardware; Software; Ferramentas e utilitários; Redes e computadores; Novas tecnologias.
8º Ano	<u>Curso Design Gráfico:</u> Introdução ao design gráfico e web; Corel Draw; Photoshop; Adobe Illustrator.
9º Ano	<u>Curso AutoCad:</u> Conhecendo o software; Desenho arquitetônico; Noções de desenho 3D; Desenho mecânico.

Em todos os jogos educativos e softwares utilizados nos cursos ofertados nas atividades de contra turno, será respeitado à faixa etária dos alunos envolvidos com a correta escolha do grau de dificuldades que será colocado aos alunos.

Os cursos acontecerão em contra turno em uma aula semanal de 3h já pré-definidas aos alunos.

#### 12.2.2. Esportes e lazer

Um período semanal de 3hs os alunos estão participando de aulas práticas desportivas e atividades lúdicas em diversas modalidades como:



- a) Futsal;
- b) Voleibol;
- c) Basquete;
- d) Handebol;
- e) Tênis de mesa;
- f) Xadrez.

### 12.2.3. Cultura

Um período semanal de 3hs os alunos estão participando de aulas práticas desportivas e atividades lúdicas em diversas modalidades como:

- a) Aulas de dança diversas modalidades;
- b) Aulas de teatro;
- c) Produção de materiais de sucata;
- d) Cantos coletivos;
- e) Dublagens.

### 12.2.4. Viagens de estudos

Serão programadas viagens de estudos em parcerias com os pais para proporcionar aos alunos momentos de vivências e experiências múltiplas que venham enriquecer sua formação intelectual, moral e espiritual.

## **13. SISTEMA AVA (AMBIENTE VIRTUAL DO ALUNO) CLICK SOLUÇÕES**

O Centro Educacional Click Soluções para bem atender os alunos, pais, professores, colaboradores contará com um moderno Ambiente Virtual contendo quatro áreas, sendo elas:

**AVA SECRETARIA:** Onde serão feitas as matrículas; gerado os contratos; impresso documentos escolares como boletins e atestados de frequência; controle do financeiro / parcelas dos alunos; acesso a frequência e notas dos alunos; cadastro da agenda escolar, horários e eventos; publicado aviso;

**AVA PROFESSOR:** Onde serão cadastrado o Planejamento de Aula; registro das notas, frequência e atividades desenvolvidas; cadastro de material de apoio; acesso as atividades desenvolvidas e cadastradas pelos alunos; publicado avisos; avaliação institucional.

AVA ALUNO: Onde o aluno poderá consultar suas notas, frequência, planejamento de aula, agenda, calendário e avisos; acesso ao material de apoio publicado pelo professor; publicar atividades desenvolvidas por ele, onde os professores e pais consigam visualizar; avaliação institucional.

AVA PAIS: Onde terão acesso as notas e frequência de seus filhos; as atividades desenvolvidas em aula; calendário escolar, agenda e eventos; controle financeiro; avaliação institucional.

## 14. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Centro Educacional Click Soluções entende a Avaliação Institucional como um instrumento de acompanhamento contínuo e permanente dos processos administrativos e pedagógicos, bem como das atividades e da implementação de mudanças definidas estrategicamente.

Em semelhança à avaliação da aprendizagem, é compreendida como processo formativo cujos dados e informações gerados, acerca do desenvolvimento dos processos administrativos e de ensino, reorientam a prática dos envolvidos e orientam propostas de mudanças. Por ser realizada periodicamente, a avaliação institucional, tem como principal função inventariar, orientar, reforçar e/ou corrigir os aspectos avaliados. Assim, é incorporada à cultura organizacional e integrada à ação de formação profissional, caracterizando-se como um importante instrumento de melhoria da qualidade do ensino. Na medida em que permite identificar problemas, assegura a proposição de soluções mais assertivas, orienta a tomada de decisões e posições que proporcionem mudanças, estabelecendo alternativas de melhorias e ampliações.

Desta forma, O Centro Educacional Click Soluções concebe a Avaliação Institucional a partir da perspectiva de transformação da realidade, sendo utilizada com fins e intenções específicas. Tem como foco principal o questionamento sobre a maneira que a instituição efetivamente cumpre sua função social. Para tanto, considera as formas de participação de toda a comunidade escolar, comprometendo-a com um futuro que pode ser transformado, a partir do autoconhecimento da própria realidade.

## 15. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viw\\_identificacao/lei%209.394-1996?opendocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viw_identificacao/lei%209.394-1996?opendocument)>. Acesso em: 14 maio 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica Nacional**. 2010a. Disponível em: < [www.portal.mec.gov.br/index.php?...diretrizes...educacao-basica](http://www.portal.mec.gov.br/index.php?...diretrizes...educacao-basica)>. Acesso em: 14 maio 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos**. 2010b. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos. Disponível em: <[www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task](http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task)>. Acesso em: 12 maio 2012.

KREUTZ, Lúcio. Escolas de imigração alemã no Rio Grande do Sul. In: MAUCH, C.; VASCONCELLOS, N. (Org.). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ulbra, 1994. p. 149-161.

FERREIRA, Isaac. **O gênero textual na formação docente e na sala de aula**: Cenas de compreensão, produção e divulgação de texto. Tese de doutorado não publicada, UFSC, 2007.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

MARÇAL, Juliane Correa (org). **Progestão**: como promover a construção coletiva do projeto político pedagógico da escola. Módulo III. Brasília: CONSED, 2001.

SANTA CATARINA. **Diretrizes 3**: organização da prática escolar na educação básica: conceitos científicos essenciais, competências e habilidades. Florianópolis: Diretoria de Ensino Fundamental/Diretoria de Ensino Médio, 2001.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: Estudos Temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: Formação Docente para Educação Infantil e Séries Iniciais. Florianópolis: COGEN, 1998.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

SCLIAR-CABRAL, L. **Princípios do sistema alfabético do português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa – como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Tradução de Francisco Pereira. Petrópolis: Vozes, 2002.

GREEN, Bill. BIGUM, Chris. **Alienígenas em sala de aula** (Trad. Tomaz Tadeu da Silva). Tomaz Tadeu da Silva (org.) Petrópolis RJ: Vozes, 1995. Pg. 206-43.

NARODOWSKI, M. (2001) **Infância e Poder. Conformação da Pedagogia Moderna**, São Paulo: Universidade de São Francisco.

VIGOTSKY, Lev Semenovich, 1896-1934. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores/ L.S. Vigotsky ; organizadores Michael Cole.. {et al.}; tradução José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 7ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.**

VIGOTSKY, Lev Semenovich, 1896-1934. **Pensamento e Linguagem/ L.S. Vigotsky: tradução Jéferson Luis Camargo. 3ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2005.**

VIGOTSKY, Lev Semenovich, 1896-1934. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem – São Paulo – Ícone – Ed. Universidade de São Paulo – 1998.**

SIQUEIRA, Denise de Cássia Trevisan. **Relação professor-aluno: uma revisão crítica**. Disponível em: [conteudoescola](http://conteudoescola.com.br). Acesso em 17 de julho de 2011.